

pt Este é o primeiro numero da newsletter mensal do Alice News, uma recolha organizada dos conteúdos publicados em alicenews.ces.uc.pt. No dia 26 de setembro 2018 foi lançada uma nova versão desta plataforma alternativa de informação e debate que tem o lema "**conteúdos insurgentes e interculturais**" e que pretende valorizar a difusão dum conhecimento crítico, coletivo e pós-colonial, para divulgar as vozes de ativistas, académicos/as, profissionais, comunidades e organizações que lutam contra qualquer tipo de opressão e, especialmente, o colonialismo, o capitalismo e o heteropatriarcado. Alice News está aberta a receber contribuições espontâneas e de carácter divulgativo em Português, Inglês e Espanhol (vídeo 3-5 minutos e texto de máximo 1200 palavras), que serão publicados com licença *Creative Commons*. Além de conteúdos originais, são republicados trabalhos inicialmente publicados em outras plataformas alternativas.

en This is the first issue of Alice News's monthly newsletter, an organised collection of content published at alicenews.ces.uc.pt. On September 26, 2018, a new version of this alternative platform of information and debate was launched, having as motto "**insurgent and intercultural contents**" and aiming to promote the dissemination of a critical, collective and post-colonial knowledge, to spread the voices of activists, academics, professionals, communities and organizations that struggle against any type of oppression, and especially colonialism, capitalism and hetero-patriarchy. Alice News is open to receive spontaneous and informative contributions in Portuguese, English and Spanish (texts of maximum 1200 words or short videos of 3-5 minutes duration), which will be published under a *Creative Commons* license. In addition to original content, Alice News also republishes contents initially published on other alternative platforms.

es Este es el primer número del boletín mensual de Alice News, una recogida organizada de los contenidos publicados en alicenews.ces.uc.pt. El 26 de septiembre de 2018 se lanzó una nueva versión de esta plataforma alternativa de información y debate que tiene el lema "**contenidos insurgentes e interculturales**" y que pretende valorar la difusión de un conocimiento crítico, colectivo y post-colonial, para divulgar las voces de activistas, académicos/as, profesionales, comunidades y organizaciones que luchan contra cualquier tipo de opresión y, especialmente, el colonialismo, el capitalismo y el heteropatriarcado. Alice News está abierto para recibir contribuciones espontáneas y de carácter divulgativo en portugués, Inglés y Español (vídeos de 3-5 minutos y textos con un máximo de 1200 palabras), que será publicado con licencia *Creative Commons*. Además de contenidos originales, se republican trabajos inicialmente publicados en otras plataformas alternativas.



en News **Original** Anti-Capitalism Anti-Colonialism Anti-Heteropatriarchy

Knowing the present to imagine the future

Alice News Editorial Board

?Imagining the future. Knowledges, experiences, alternatives? is the title of the international conference that took place in Coimbra from the 7th until the 10th of November 2018. The conference was organised to(...)



[es](#) Notícias [Original](#) Anti-Capitalismo Anticolonialismo
Anti-Heteropatriarcado

Foro de Universidades Populares

Buenos Aires, 21-nov-2018 | Centro Cultural San Martin - Av. Sarmiento, 1551

En miércoles 21 de noviembre se realizará en Buenos Aires el Foro de Universidades Populares (FUP). Se trata de una iniciativa conjunta entre el Centro de Estudios Sociales de la Universidad de Coimbra (CES) y el(...)

Por Erick Morris



[pt](#) Notícias [Original](#) Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo
Anti-Heteropatriarcado

Colóquio 40 anos do CES: de 7 a 10 de Novembro em Coimbra

Conselho Editorial Alice News

No âmbito das comemorações dos 40 anos da sua fundação, o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra está a organizar entre os dias 7 e 10 de Novembro um colóquio internacional que visa, no espírito(...)



[pt](#) Notícias [Original](#) Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo
Anti-Heteropatriarcado

Fórum de Universidades Populares

Buenos Aires, 21-nov-2018 | Centro Cultural San Martin - Av. Sarmiento, 1551

No dia 21 de novembro será realizado em Buenos Aires o Fórum de Universidades Populares (FUP), iniciativa conjunta do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES) e do Conselho Latino-Americano de(...)

Por Erick Morris



[pt](#) Notícias [Original](#) Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

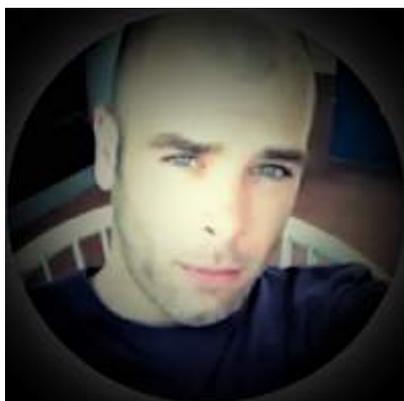
Entrevista da TV247 a Boaventura de Sousa Santos - excerto

TV 247

Entrevista da TV247 a Boaventura de Sousa Santos. Trata-se duma reflexão muito acurada do contexto político brasileiro após a eleição de Jair Bolsonaro a 28 Outubro, 2018. Este é um curto excerto da entrevista(...)

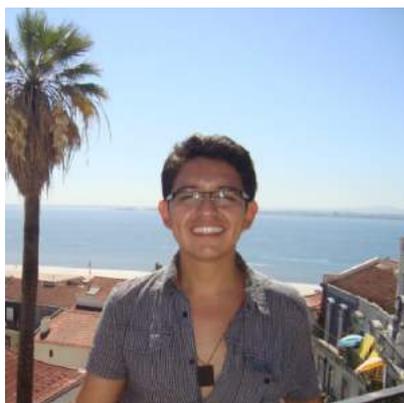
[pt](#) Reflexão [Original](#) Anti-Heteropatriarcado

A Teologia Feminista na (des-)construção dos discursos hegemónicos baseados no determinismo biológico



Procura-se então, a visibilidade das mulheres dos mitos bíblicos e a necessidade em continuar a questionar a canonização teológica, para melhor compreender como se enraíza o pensamento hegemónico na nossa(...)

Por Jorge Orfão



[es](#) Reflexión [Original](#) Anti-Capitalismo

Caravana Migrante Centroamericana y su paso por el sur de México cuando el sur decide ayudar al sur a pesar de sus malos gobiernos

El 19 de octubre del presente año, el puente internacional Dr. Rodolfo Robles, cruce fronterizo entre Chiapas, México y Guatemala, fue el escenario de una de las mayores movilizaciones internacionales de personas en(...)

Por Rubén de J. Solís Mecalco



[pt](#) Reflexão [Original](#) Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Na encruzilhada da democracia brasileira, gênero e raça reformulam lutas e afirmam sua existência política

A pujança das manifestações das mulheres brasileiras, em 29 de setembro de 2018, com o mote #EleNão, aponta novas vias para se pensar a democracia brasileira na emergência de causas, lideranças e meios de(...)

Por Raimunda Monteiro



[pt](#) Reflexão [Original](#) Anti-Capitalismo

As eleições de 2018 no Brasil e o embate político entre a esquerda e extrema direita

Há poucos dias do segundo turno das eleições de 2018, vive-se momentos decisivos do embate político entre a esquerda e a extrema direita. Mais que combater o fascismo é preciso enfrentá-lo como manifestação(...)

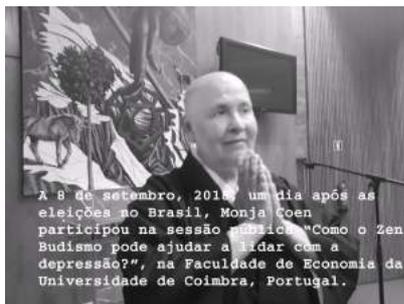
Por Zulene Muniz Barbosa

[pt](#) Reflexão [Original](#) Anti-Colonialismo

Trajetórias educacionais e a promoção da igualdade racial no âmbito universitário

Este texto tem por objetivo apresentar resultados, a partir de pesquisa de tese, sobre aspectos do sistema educacional brasileiro, em particular trajetória de estudantes negros/as do ensino superior/pós-graduação(...)

Por Marcos Silva



(DE)OTHERING
Deconstructing Risk and Otherness: hegemonic scripts and counter-narratives on migrants/refugees and 'Internal Others' in Portuguese and European mediascapes

pt Notícias Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

“Quando falamos de budismo, falamos de engajamento social” - Monja Coen

Um dia após as eleições no Brasil, no último dia 7 de outubro, Monja Coen, com uma serenidade e sorriso largo, participou da sessão pública intitulada “Como o Zen Budismo pode ajudar a lidar com a depressão?”, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal.

Por Célia Trindade Amorim, Isabel Felix, Rita Kacia Oliveira

pt Reflexão Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

Nova cara do colonialismo, volunturismo promove e produz commodities da pobreza

Em seu sarcástico artigo sobre How to write about Africa, o escritor queniano Binyavanga Wainaina lista os clichês utilizados para retratar o continente. Ensina o autor que toda a narrativa da escrita deve estar(...)

Por Laurisa Nutting

pt Reflexão Original Anti-Colonialismo

Alteridade e representações mediáticas: DeOthering, uma agenda de investigação.

Este artigo é parte de uma série de publicações de autoria da equipe de investigação do projeto DeOthering, publicado no Alice News com cadência mensal.

Por Júlia Garraio

pt Reflexão Original Anti-Colonialismo

Fúria à Democracia – o que o Brasil tem a nos dizer

A democracia enquanto comunidade humana atinge seu ápice ao evitar excessos de civilização. Tais excessos aqui são trabalhados a partir da formulação de Adorno (1966)[1] ao deduzir que a barbárie deriva da(...)

Por Rafael dos Santos da Silva



pt Reflexão Original Anti-Heteropatriarcado

Mulheres puxam a fila contra o fascismo no Brasil

Centenas de pessoas se reuniram na tarde de 29 de setembro de 2018 na praça 8 de maio, baixa de Coimbra, para o ato #EleNão, ocorrido em todo o mundo em manifestação contra a candidatura de Jair Bolsonaro à(...)

Por Agnes Arruda



pt Notícias Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo
Anti-Heteropatriarcado

Movimento de mulheres brasileiras em Coimbra, e no mundo: SIM À VIDA

Chegamos nas ruas com bandeiras coloridas, cartazes e tambores. Somos expressões vibrantes, com todo o nosso corpo, com a nossa voz. Em potência máxima a caixa de som. Microfones abertos, corações abertos,(...)

Por Agnes Arruda, Célia Amorim, Denise dos Anjos Mascarenha, Kelma Matos, Rita Kacia Oliveira



pt Notícias Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo
Anti-Heteropatriarcado

Boaventura de Sousa Santos analisa mobilização de 29 setembro contra Jair Bolsonaro

Boaventura de Sousa Santos analisa brevemente a mobilização que colocou mais de 1 milhão de pessoas nas ruas no Brasil e no mundo contra o candidato presidencial fascista, sexista e racista Jair Bolsonaro

Por Boaventura de Sousa Santos



pt Notícias Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo
Anti-Heteropatriarcado

Boaventura de Sousa Santos solidariza-se com a campanha #EleNão

Boaventura de Sousa Santos solidariza-se com a campanha #EleNão

Por Boaventura de Sousa Santos, Rita Kacia Oliveira



es Notícias Original Anticolonialismo

Ahed Tamimi y su familia, símbolos de la (r)existencia palestina, en el Estado español

El 15 de diciembre de 2017, Ahed Tamimi y su familia protestaban contra la colonización, el apartheid y la ocupación militar israelí como tantos otros días. Su pueblo, Nabi Saleh (Cisjordania, Palestina) es(...)

Por Jorge Ramos Tolosa



en Reflection Original Anti-Capitalism

A UN Declaration in defense of those who feed the world

As the UN Human Rights Council is expected to vote on a Declaration in defense of the rights of peasants and rural workers, a small holder woman farmer from Zimbabwe explains why this could be historic. Early(...)

By Elizabeth Mpofu

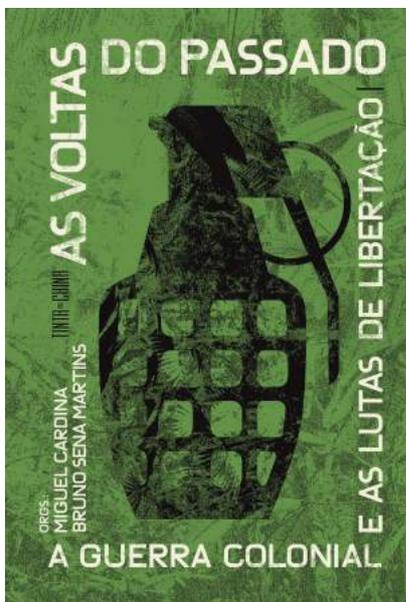


pt Reflexão Original Anti-Capitalismo

[claimer - disclaimer]

As cidades, o ocidente a burguesia e os seus privilégios, os europeus e seus pensadores, seus filósofos e doutores, fizeram-nos chegar ao ponto de questionar tudo subverter tudo separar(...)

Por Raquel Lima



pt Reflexão Original Anti-Colonialismo

Livro: "As voltas do passado' e o presente das lutas anti-coloniais"

Em 1961, eclodiu um ciclo de guerras entre Portugal e os diferentes movimentos de libertação apostados em conquistar a independência dos territórios africanos sob dominação colonial. Primeiro em Angola, depois(...)

Por Bruno Sena Martins, Miguel Cardina



pt Notícias Original Anti-Colonialismo

Moçambique: Terras de Todos, terra de alguns

Nós, os pobres?. É assim que Francisco Chicompa apresenta as famílias camponesas que vivem em Napai II, uma aldeia no distrito de Mecuburi, província de Nampula, em Moçambique. O rótulo ficou grudado como(...)

Por Boaventura Eugénio Monjane, Sofia da Palma Rodrigues



pt Notícias Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo
Anti-Heteropatriarcado

O que é a UPEA? Olhares, vozes e expectativas

A Universidade Popular Empenho e Arte (UPEA) é uma iniciativa de vários grupos de pessoas que se identificam como ativistas, profissionais, acadêmicas ou cidadãos comuns. A UPEA ?visa democratizar os(...)

Por Cristiano Gianolla, Rita Kacia Oliveira



pt Reflexão Original Anti-Heteropatriarcado

Resenha: Heterossexualidade, Estatística e o Discurso Feminista em Married Love de Marie Stopes

Married Love (1918), de Marie Carmichael Stopes (1880-1958), é uma narrativa com evidentes objetivos pedagógicos que visa reeducar o comportamento sexual entre o homem e a mulher no início do século XX. As(...)

Por Jorge Orfão



pt Reflexão Original Anti-Capitalismo Anti-Heteropatriarcado

Podem relatos na primeira voz desafiar a linha abissal tecida por narrativas masculinas dominadoras?

A escuta profunda das experiências das mulheres moçambicanas durante a luta nacionalista

O colonialismo é a expressão da violência bruta. A guerra é uma das suas metamorfoses: destrói as sociedades, física, emocional e mentalmente. As mulheres, duplamente excluídas ? epistêmica e ontologicamente(...)

Por Maria Paula Meneses



pt Notícias Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo
Anti-Heteropatriarcado

CES acolhe seminário internacional "Territórios em Conflito"

As Epistemologias do Sul e o Fortalecimento das Capacidades Colectivas são os dois marcos teóricos centrais na conceptualização e desenvolvimento do projecto de investigação-ação-formação: Territórios em(...)

Por Teresa Cunha

Republished content | Outros conteúdos | Otros contenidos

pt Reflexão

Patrícia Santos Pedrosa: "As cidades têm que ser diversas e conscientes da diversidade"

Fumaça

es Notícias

Pepe Ruiz: “Hay que generar un circuito cultural que respete el tejido del barrio”
El Salto

es Reflexión

ZeneBiH, la memoria histórica de las mujeres en Bosnia
Pikara Magazine

pt Notícias

Socialismo, democracia e epistemologias do Sul. Entrevista com Boaventura de Sousa Santos
Revista Crítica de Ciências Sociais

pt Notícias

«Editorial», Revista Crítica de Ciências Sociais, Número especial | 2018, 5-8.
Revista Crítica de Ciências Sociais

pt Notícias

Una “carta magna” para salvar la web
El Salto

pt Notícias

Chile: Proponen ‘Ley Bolsonaro’ para frenar la ola de fake news durante las elecciones
FayerWayer

pt Notícias

**“Estamos vivendo o capítulo brasileiro da falência global da democracia liberal”.
Entrevista especial com Luis Felipe Miguel**
Instituto Humanitas Unisinos On-line

en News

Dual US war on Black people
Pambazuka News

pt Notícias

O fantasma da emigração e as eleições nos EUA e na Europa
UOL notícias

pt Reflexão

Políticas de austeridade podem ter efeito devastador sobre direitos humanos, diz especialista da ONU

Brasil Debate

pt Reflexão

O coitadismo do homem branco heterossexual
Forum

pt Reflexão

O que as forças progressistas podem fazer agora
The Intercept_Brasil

pt Reflexão

Trust is essential in donor strategies with grassroots groups
OpenGlobalRights

pt Reflexão

"Contra a fome os muros não valem": a situação da Caravana de migrantes para os EUA

Brasil de Fato

pt Reflexão

O Brasil após as eleições
Brasil de Fato

en Reflection

Showing fear in Brazil
democraciaAbierta

pt Notícias

Streeck: Capitalismo ou democracia
Blog da Boitempo

pt Reflexão

Welcome to the Jungle
Information Clearing House

pt Notícias

Transforming the politics of food in Southern Africa, from the local to the global
AIDC - Alternative Information & Development Centre

en Reflection

Brazil in Danger: Three Time Bombs Critical Legal Thinking

pt Notícias

Saída “lenta, gradual e segura” da ditadura militar foi parte de um contexto de tensões que envolveram a elaboração da Constituição para um Brasil democrático Brasil de Fato

pt Notícias

Boaventura de Sousa Santos: "Democratas brasileiros, uni-vos!" Carta Maior

pt Reflexão

De Josina Machel a Enia Lipanga: del Mozambique revolucinario a la agitación cultural Pikara Magazine

pt Reflexão

Europa, periferia das ilhas crioulas BUALA

pt Notícias

Juristas pedem ao MPF providências contra jogo “Bolsomito 2k80” Brasil de Fato

es Reflexión

La lección de las Coreas que podemos ver La Marea

pt Reflexão

2017 em Portugal: o racismo, a escravatura e o renascimento negro BUALA

es Reflexión

Nuevo reporte del IPCC: Cuánto queremos morir Agencia Latinoamericana de Información - ALAI

en Reflection

To fix the climate crisis, we must face up to our imperial past openDemocracy

[en](#) Reflection

Reimagining human rights as a frame of justice OpenGlobalRights

[en](#) News

Netizen Report: Internet taxes are sweeping sub-Saharan Africa — and silencing citizens Global Voices

[es](#) Reflexión

Radiografía del Madrid del futuro desde el presente: ‘Smart City’ significa ‘ciudad privada’ El Salto

[pt](#) Notícias

Pombal, esta cidade não é para ciganos Fumaça

[es](#) Noticias

“El activismo estético implica descolonizar también el cuerpo, no solo la mente” Pikara Magazine

[en](#) Reflection

European democracies and the responsibility to not protect? openDemocracy

[en](#) Reflection

Bapu Kuti: A Reminder of Gandhi’s Forgotten Ideals Countercurrents.org

[pt](#) Notícias

Brasil ainda é negligente com a exploração e o tráfico de mulheres Brasil de Fato

[es](#) Noticias

Guatemala. Organizaciones sociales exigen justicia por muerte de líder indígena Resumen Latinoamericano

[en](#) Reflection

Poor black South Africans are ready for real land reform, but who will benefit? Pambazuka News

en Reflection

Protecting heritage is a human right The Conversation

en Reflection

Audacity, more audacity Pambazuka News



Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570
Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

You received this message because you are subscribed to the Alice News Newsletter. If you do not want to receive it again, [click here](#).



en News Original Anti-Capitalism Anti-Colonialism Anti-Heteropatriarchy

Knowing the present to imagine the future

AN Original - Alice News Editorial Board

2018-11-14

“Imagining the future. Knowledges, experiences, alternatives” is the title of the **international conference** that took place in Coimbra from the 7th until the 10th of November 2018. The conference was organised to celebrate the 40th anniversary of the Centre for Social Studies (CES) of the University of Coimbra and to honour its founder, first and current director, Boaventura de Sousa Santos whose intellectual undertaking engages generations of scholars from several world regions, as demonstrated by the hundreds of people that came to Coimbra these days. The event comprised a range of activities that included interesting paper presentations, thought-provoking roundtables, inspiring speeches and the launch of three books and a special issue of CES main journal, the Revista Critica de Ciencias Sociais. The programme included 145 papers divided into 38 panels during the first day of the event, followed by a dense programme spread over three further days full of intellectual stamina. Keynote speakers were Françoise Vergès, Isabelle Stengers, Shiv Visvanathan, Hugh Lacey, Mogobe Ramose, Nilma Gomes, Rajeev Bhargava, Susan George, Gustavo Esteva, Ramón Grosfoguel, João Cezar Castro Rocha, Nelson Maldonado-Torres and Peter deSouza. Boaventura de Sousa Santos delivered the central Magisterial Lecture entitled “The New Great Transformation and the Epistemologies of the South” on Friday, November 9th.



Foto @CES/CarlosBarradas

In a collective and dense programme of this sort, many ideas were circulated, refined, reworked, criticised, deconstructed and reconstructed. Speakers engaged directly or indirectly with the vast body of work by Boaventura de Sousa Santos and the audience was also able to contribute in a substantive way during the participated and engaging debates. For those who missed the event it is worth keeping an eye on [CES channel](#) where presentations are being published, amounting to a rich range of perspectives that have critically assessed the alternative thinking of alternatives envisaged by the Epistemologies of the South as elaborated by the CES director, comprehending talks on philosophy, science, society, religion, culture, community, capitalism, racism, feminism, migration, gender, world economic injustice, environmental integrity, postcolonial epistemic justice, and politics in the contemporary world. Keynote speakers engaged critically with the work of the Epistemologies of the South, highlighting their merits in the struggle for cognitive justice – and therefore for social justice –, but also opening space to further think. The Indian scholar Peter Ronald deSouza contributed with the most comprehensive analysis, not only being appreciative of Boaventura de Sousa Santos' work as well as presenting challenging and difficult comments. The first, partially responded by Santos in the debate, is the conflict between ecologies of knowledges in a plurality of epistemological perspectives. The second, to which the Epistemologies of the South must dedicate further thinking Santos' said, is the issue of incommensurability in relation to intercultural translations: how to translate what cannot be accepted by different cultures?



Foto @CES/Carlos Barradas

It is evident that the organisers put much effort in creating panels rich in diversities, be them geographic, disciplinary, thematic and epistemic, which contributed immensely to the event's success. A similar effort was given to gender balance but with lesser results as men outnumbered women in key sessions, which was probably the most criticised aspect of the conference, especially during the closing session when the stage was given solely to five men. Can this be considered a compensation for the fact that the opening session was assigned to Françoise Vergès? To be noted also that this was the only session with a single keynote speaker besides Santos' lecture. Besides the, however important, quantitative aspect, and with due respect for all other outstanding presenters, in a conference centred on the Epistemologies of the South is no coincidence that two afro-descendent women played a preeminent role. The other one was Nilma Lino Gomes with her sharp analysis of Brazilian political context that met a standing ovation from the audience. This moment also served to reassert the solidarity of the participants with the Brazilian people struggling in this crucial political conjuncture - to them Boaventura de Sousa Santos dedicated his Lecture as well. Gomes and Santos' interventions represent the more solid manifestation of "warmed up reason" elaborated during the conference, something referred to as "corazonar" by Gustavo Esteva recalling the Andean indigenous people's approach, in which intellectual engagement meets holistically with the human conditions in struggle for cognitive and social justice.



Foto @CES/Carlos Barradas

Many research activities, interviews and meetings took place in the busy sidelines of the event by the general audience. Alice News was especially active and engaged with a number of the keynote speakers and other guests present putting forward a question that interrogates social scientists and social activists alike: “Social networks have been used to spread “fake-news” and direct electoral processes, how can alternative media promote democratisation processes instead?” This question also intended to question the role that Alice News can play towards cognitive and social justice. The short interview videos were collected with David Veloso Larraz, Françoise Vergès, Ian Ifversen, João Cezar Castro Rocha, Małgorzata Głowacka-Grajper, Mogobe Ramose, Nilma Gomes, Ramón Grosfoguel, Shiv Visvanathan and will be published regularly each Monday over the next nine weeks in Alice News. The respondents reciprocated with a critical analysis of events such as the electoral victory of right-wing extremists in a number of countries worldwide, the corresponding fallacy of the left and the specific role played by social media in disseminating false information for political purposes. People interviewed also highlighted the role that alternative media can play in contrast to these tendencies and actively collaborating towards the construction of political alternatives. Responses stressed the importance of initiatives such as Alice News, not only due to its commitment to a range of struggles for a higher intensity democratic paradigm, to use Santos’ terminology, but also to the extent of being a point of conjuncture of academic and activist work. Aware of the local dimension while simultaneously connecting very geographically disperse struggles, Alice News plays an important role in light of amplifying the voices of those that oppose any form of oppression and especially colonialism, capitalism and hetero-patriarchy. The dissemination of this double translation (local-global, academia-activism), no matter how quantitatively marginal if compared to mainstream media, is a source of remarkably precious perspectives of political

debate everywhere. Moreover, Alice News amplifies the work done by similar information platforms by republishing their content on a regular basis, this standpoint – reciprocated by other platforms – strengthens networks of information warranting trust to small remote sources and thereby expanding the impact of informal dimension generally ascribable to these kind of channels.

Alice News will also contribute to the homage to Boaventura de Sousa Santos on his birthday which is, coincidentally, tomorrow. We will publish two videos and two articles, in English, Portuguese and Spanish, that elaborate on the strength and impact of his work. These contributions, combined with the ideas circulated during the CES' 40th anniversary conference, contribute to the Epistemologies of the South's effort towards knowing the present to imagine the future.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



es Noticias Original Anti-Capitalismo Anticolonialismo Anti-Heteropatriarcado

Foro de Universidades Populares - Buenos Aires, 21-nov-2018 | Centro Cultural San Martín - Av. Sarmiento, 1551

AN Original

2018-11-12

Por Erick Morris

En miércoles 21 de noviembre se realizará en Buenos Aires el Foro de Universidades Populares (FUP). Se trata de una iniciativa conjunta entre el Centro de Estudios Sociales de la Universidad de Coimbra (CES) y el Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), que se lleva a cabo en el marco del Primer Foro Mundial del Pensamiento Crítico #Clacso2018. El evento busca conocer e integrar distintas experiencias de educación popular en la construcción de propuestas contra-hegemonicas. El FUP contará con Universidades Populares de diversos países de América Latina, como Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Ecuador, además de Portugal y Sahara Occidental.

Para saber más acceda a clacso.org.ar/conferencia2018



Lea a seguir el texto de presentación del FUP:

Presentación

Vivimos un momento de avance del neoliberalismo y autoritarismo en diversas partes del mundo, sobre todo en países como Brasil, México, Colombia y otros de América Latina. Esto se desdobra por un lado con mucha violencia y represión contra los movimientos sociales y populares, y por otro fortalece discursos y prácticas racistas, machistas y socialmente excluyentes. La educación en este contexto es uno de los puntos centrales de este proyecto de desestabilización democrática en el continente, con reducción de inversiones, precarización en todos los niveles y disminución del acceso de grandes grupos poblacionales a la universidad. Hoy más que nunca es necesaria una gran articulación de justicia cognitiva para construir un mundo más justo en todos los sentidos.

La universidad tradicional vive una profunda crisis de legitimidad y se ha mostrado incapaz de liderar este proceso. Como institución hegemónica de validación del conocimiento en las sociedades occidentales, ha perdido espacio, no siendo más la mentora de proyectos nacionales (burgueses), ni mucho menos logrando convertirse en un espacio de ocupación popular y/o de su emancipación. En varios contextos la universidad quedó dividida entre esos dos mundos y eso ha contribuido a su fragilidad. No debemos olvidar que la universidad tuvo parte activa en el proceso de expansión europea y de colonización de otros pueblos entre los siglos XV y XX, tanto como legitimadora de los procesos de violencia en las



conquistas, como en el epistemicidio resultante de innumerables culturas y saberes, además de ser una institución perpetuadora conocimientos eurocéntricos en las sociedades colonizadas, incluso después de décadas o siglos de independencia política y de la formación de nuevos Estados-Nación.

No obstante, desde finales del siglo XIX y principios del siglo XX hemos visto innumerables intentos de popularizar la universidad, o de pintarla con la cara del pueblo, como dijo alguna vez Ernesto Che Guevara.

América Latina fue uno de los lugares más fértiles de experiencias alternativas de universidad, sobre todo a partir de la Reforma Universitaria de Córdoba (Argentina), en 1918, cuando se inició un proceso de democratización y laicización de la universidad, con reverberaciones por todo el continente. En las últimas décadas hemos visto un movimiento que busca un rescate de otros saberes y de valorización de los conocimientos ancestrales indígenas, con las universidades interculturales. Al mismo tiempo que muchos movimientos sociales han articulado sus propios espacios, ya sean escuelas de formación o universidades populares.

En este contexto es que surge la idea de un **Foro de Universidades Populares**, que pretende ser un espacio de construcción colectiva, en **Primer Foro Mundial de Pensamiento Crítico**, a partir de las más diferentes y variadas vivencias contrahegemónicas, sobre todo del sur global y con un enfoque especial en las de América Latina - Abya Ayala. La idea es realizar un intenso intercambio de experiencias y de estrechar lazos en este momento de profundo avance del capital y del colonialismo en las más variadas esferas de la vida. No pretendemos sólo fortalecer la resistencia a los ataques neoliberales, sino también dar visibilidad a movimientos concretos y proponer caminos para una educación liberadora a todos los niveles: antipatriarcal, anticolonial y anticapitalista.

UPs Confirmadas

1. Universidade Popular Empenho e Arte - UPEA (Portugal) ;
2. Universidade Popular dos Movimentos Sociais – UPMS (Argentina);
3. Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF (MST/Via Campesina – Brasil);
4. Pluriversidad Amawtay Wasi (Ecuador);
5. Universidad Popular de los Pueblos (Colômbia);
6. Universidad Autónoma Indígena Intercultural (Popayan – Colômbia);
7. Unitierra (Colombia);
8. Universidad Popular del Pueblo Sahrawi (Saara Occidental);
9. Pañuelos en Rebeldía (Argentina);
10. Universidad Trashumante (Argentina).



Erick Morris é Doutorando em Pós-Colonialismos e Cidadania Global (CES/FEUC). Tem como temas de pesquisa educação popular na América Latina, movimentos sociais e democracia. Seu projeto de tese conta com o título de "Universidades Populares e as Epistemologias do Sul", sob orientação de Boaventura de Sousa Santos (UC) e de Shirley Aparecida Miranda (UFMG). É mestre em Ciência Política pela Florida International University (2004) e licenciado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2003). Trabalhou na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e no Instituto Paulo Freire (IPF). É membro do grupo de pesquisa Curupiras - Colonidades e Outras Epistemologias



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das 50 Anos Univas
para a Cidadania
e Ciência e a Cultura
Universidade de
Coimbra - 50 Anos
Instituída no Reino de Portugal
em 12 de Maio de 1290



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificados como original licenciados según la fuente.

Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt Notícias Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Colóquio 40 anos do CES: de 7 a 10 de Novembro em Coimbra

AN Original - Conselho Editorial Alice News

2018-11-08

Por Conselho Editorial Alice News

No âmbito das comemorações dos 40 anos da sua fundação, o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra está a **organizar entre os dias 7 e 10 de Novembro** um colóquio internacional que visa, no espírito crítico, não-neutro e plural do que tem sido a atividade deste Centro, acolher comunicações, mesas redondas e debates que cruzam alguns dos temas mais prementes da reflexão contemporânea, prestando ao mesmo tempo uma homenagem ao seu fundador e diretor científico, o Professor **Boaventura de Sousa Santos**.



Ontem, durante todo o dia estiveram a decorrer várias **sessões paralelas** que encheram as salas da Faculdade de Economia de apresentações e debates que cruzaram, de uma forma interdisciplinar e numa lógica de ecologia de saberes, temas consentâneos com epistemologias e leituras críticas da realidade. Questões de género, epistemologias do sul, interseccionalidade, comunicação, representações de alteridade, movimentos sociais, políticas públicas, espaços urbanos, violências e resistências foram alguns dos muitos tópicos abordados a partir de diferenciados

estudos empíricos e saberes.

A partir de hoje, o colóquio **reunirá** em quatro mesas redondas várias/os convidadas/os por forma a debater “tópicos transversais relevantes para o presente e o futuro da investigação nas ciências sociais e nas humanidades num mundo globalizado”. Distribuídos por estes quatro painéis - “O fazer das ciências”, “Pensar o contemporâneo”, “Um outro mundo é possível” e “Encontros com Boaventura de Sousa Santos” - o evento contará com a presença de Boaventura de Sousa Santos, Elisabeth Mporu, Françoise Vergès, Gustavo Esteva, Hugh Lacey, Isabelle Stengers, João Cezar Castro Rocha, Mogobe Ramose, Nelson Maldonado-Torres,

Nilma Gomes, Peter deSouza, Rajeev Bhargava, Ramón Grosfoguel, Shiv Visvanathan e Susan George. Informações detalhadas sobre este programa podem ser encontradas [aqui](#).

Recentemente, e de uma forma bem oportuna, Boaventura de Sousa Santos distinguia, numa [entrevista ao Jornal Público](#), o facto de

termos “nas ciências sociais duas correntes que convivem democraticamente há muitos anos em todo o mundo: há uma ciência que acha que, para ser objectiva, tem de ser neutra social e politicamente e outra que acha que pode ser objectiva mas não neutra. A segunda até vem da física quântica. Quando observamos os átomos, ou observamos a sua velocidade ou a sua posição. Não podemos analisar as duas coisas. Com os cientistas sociais é o mesmo. Eu quero ser objectivo, mas tenho de saber de que lado estou. Aprendi isto nos EUA e em Yale, num centro conservador do conhecimento. Eu estou do lado dos oprimidos ou dos opressores? Do lado de quem discrimina ou de quem é discriminado?”



A não-neutralidade da ciência é um mote e um fio condutor fundamentais do CES e do colóquio celebrativo dos 40 anos do Centro. É também o nosso ADN e linha editorial aqui no ALICE NEWS, que se associa também a este evento.



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Universidade de Coimbra – Alta e Sofia inscrita na Lista do Património Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Fórum de Universidades Populares

Buenos Aires, 21-nov-2018 | Centro Cultural San Martin - Av. Sarmiento, 1551

2018-11-07

Por Erick Morris

No dia 21 de novembro será realizado em Buenos Aires o Fórum de Universidades Populares (FUP), iniciativa conjunta do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES) e do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), no contexto do Primeiro Fórum Mundial de Pensamento Crítico (#Clacso2018). Trata-se de um evento para conhecer e integrar diferentes iniciativas de educação popular na construção de propostas contra-hegemônicas de universidade. O FUP contará com Universidades Populares de diversos países da América Latina, tais como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Equador, bem como de Portugal e do Saara Ocidental.

Para saber mais acesse o clacso.org.ar/conferencia2018



Leia a seguir o texto de apresentação do FUP:

Apresentação

Vivemos um momento de avanço do neoliberalismo e do autoritarismo em diversas partes do mundo, sobretudo na América Latina, seja no Brasil, Argentina, México, Colômbia e tantos outros países. Isso tem se desdobrado em muita violência e repressão contra os movimentos sociais e populares, além do fortalecimento de discursos e práticas racistas, machistas e socialmente excludentes. A educação é um dos pontos centrais desse projeto de desestabilização democrática do continente, com redução de investimentos, precarização em todos os níveis e diminuição do acesso de grandes grupos populacionais à universidade. Mais do que nunca se faz necessária uma grande articulação por uma *justiça cognitiva*, fundamental para construirmos um mundo mais justo em todos os sentidos.



A universidade tradicional vive uma profunda crise de legitimidade e tem se mostrado incapaz de liderar este processo. Enquanto instituição hegemônica de validação do conhecimento nas sociedades ocidentais, ela tem constantemente perdido espaço, não sendo mais a mentora de projetos nacionais (burgueses) e nem conseguindo se tornar um espaço de ocupação popular e/ou de sua emancipação. Em vários contextos a universidade ficou dividida entre esses dois mundos e isso tem contribuído para sua fragilidade. A universidade teve parte ativa no processo de expansão europeia e de colonização de outros povos entre os séculos XV e XX, tanto enquanto legitimadora dos processos de violência nas conquistas, como no *epistemicídio* decorrente de inúmeras culturas e saberes, além de ser uma instituição perpetuadora dos conhecimentos eurocêntricos nas sociedades colonizadas, mesmo após décadas ou séculos de independência política e

da formação de novas nações.

Não obstante, desde o final do século XIX e início do século XX temos visto inúmeras tentativas de popularizar a universidade, ou de pintá-la com a cara do povo, como disse certa vez Che Guevara. A América Latina foi um dos locais mais férteis de experiências alternativas de universidade, sobretudo a partir da Reforma Universitária de Córdoba (Argentina), em 1918, quando se iniciou um processo de democratização e laicização da universidade, com reverberações por todo o continente. Nas últimas décadas temos visto um movimento que busca um resgate de outros saberes e de valorização dos conhecimentos ancestrais indígenas, com as universidades interculturais. Muitos movimentos sociais têm articulado seus próprios espaços, sejam escolas de formação ou universidades populares.

É neste contexto em que surge a ideia de um **Fórum de Universidades Populares**, que pretende ser um espaço de construção coletiva, para ocorrer no **I Fórum Mundial de Pensamento Crítico**, a partir das mais diferentes e variadas vivências contra-hegemônicas, sobretudo do Sul global e com enfoque especial nas da América Latina-Abya Ayala. A ideia é realizarmos uma intensa troca de experiências e de estreitarmos laços neste momento de profundo avanço do Capital e do colonialismo nas mais variadas esferas da vida. Não pretendemos apenas fortalecer a resistência aos ataques neoliberais, mas também dar visibilidade a movimentos concretos e propor caminhos para uma educação libertadora em todos os níveis: antipatriarcal, anticolonial e anticapitalista.

1. Universidade Popular Empenho e Arte - UPEA (Portugal) ;
2. Universidade Popular dos Movimentos Sociais – UPMS (Argentina);
3. Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF (MST/Via Campesina – Brasil);
4. Pluriversidad Amawtay Wasi (Ecuador);
5. Universidad Popular de los Pueblos (Colômbia);
6. Universidad Autonoma Indígena Intercultural (Popayan – Colômbia);
7. Unitierra (Colombia);
8. Universidad Popular del Pueblo Sahrawi (Saara Ocidental);
9. Pañuelos en Rebeldía (Argentina);
10. Universidad Trashumante (Argentina).

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Erick Morris é Doutorando em Pós-Colonialismos e Cidadania Global (CES/FEUC). Tem como temas de pesquisa educação popular na América Latina, movimentos sociais e democracia. Seu projeto de tese conta com o título de "Universidades Populares e as Epistemologias do Sul", sob orientação de Boaventura de Sousa Santos (UC) e de Shirley Aparecida Miranda (UFMG). É mestre em Ciência Política pela Florida International University (2004) e licenciado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2003). Trabalhou na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e no Instituto Paulo Freire (IPF). É membro do grupo de pesquisa Curupiras - Colonidades e Outras Epistemologias



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
de Ramos Unidos
para a Estratégia
e Cultura
Universidade de
Coimbra - Alta e Sofia
reunida na Universidade
Mestral em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
 Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
 Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt Notícias Original Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Entrevista da TV247 a Boaventura de Sousa Santos - excerto

TV 247

2018-11-06

Entrevista da TV247 a Boaventura de Sousa Santos. Trata-se duma reflexão muito acurada do contexto político brasileiro após a eleição de Jair Bolsonaro a 28 Outubro, 2018. Este é um curto excerto da entrevista completa disponível aqui: <http://youtu.be/ZnJtt5GFop0>.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt Reflexão Original Anti-Heteropatriarcado

A Teologia Feminista na (des-)construção dos discursos hegemónicos baseados no determinismo biológico

AN Original

2018-11-04

Por Jorge Orfão

Procura-se então, a visibilidade das mulheres dos mitos bíblicos e a necessidade em continuar a questionar a canonização teológica, para melhor compreender como se enraíza o pensamento hegemónico na nossa sociedade e como cada ser humano se relaciona com esse pensamento

Feminist Approaches to the Bible (1995)¹, livro editado por Hershel Shanks reúne um conjunto de textos escritos por um grupo de teólogas feministas. Emergem aqui novas ideias e diferentes perspectivas em torno da Bíblia, focalizadas nos padrões que definem a relação entre homem e mulher; e como ambos se relacionam com o texto sagrado. Os ensaios apresentados nesta compilação exploram algumas das personagens femininas da Bíblia em articulação com as personagens masculinas. Cada autora sugere novas interpretações sobre o feminino, nomeadamente nas representações de Eva, Miriam, Maria e Maria Madalena. Relacionando os estudos feministas com a Bíblia, conseguimos desenvolver uma perspectiva literária e feminista das escrituras sagradas, com a finalidade de compreender como estas têm influenciado o pensamento ocidental acerca dos papéis atribuídos a cada um dos sexos e a relação destes com as diferentes representações feminina e masculina.

O foco de atenção será tentar compreender como a Bíblia tem contribuído para instituir o patriarcado na nossa sociedade. Ao compreender-se como se desenvolvem os padrões hegemónicos na sociedade, abre-se o espaço à vontade de mudar esse paradigma e, no caso de não haver redenção possível, pelo menos tentarmos entender o porquê dessa impossibilidade. A teologia feminista centra-se fundamentalmente em dar visibilidade às mulheres bíblicas. Phyllis Trible, no seu ensaio "Eve and Miriam: From the Margins to the Center"², um dos textos publicados em Feminist Approaches to the Bible, explica como o texto bíblico está aberto a uma infinidade de interpretações possíveis e põe em evidência a pressuposição de que a Bíblia é um texto basilar na instituição do patriarcalismo. Neste sentido, torna-se pertinente desconstruir as representações canónicas das mulheres nos textos sagrados, denunciando como as considerações normativas da teologia reforçam a construção dos papéis sexuais. Ao investir nestes pressupostos, a canonização da Bíblia torna-se ambígua e, por vezes, contraditória.

Reparemos como no Antigo Testamento nos é contada a história da criação do homem e da mulher no Génesis, o primeiro livro da Bíblia: "Deus disse ainda: 'Façamos o ser humano à nossa imagem e

semelhança.’ (...) Deus criou então o ser humano à sua imagem; criou-o como verdadeira imagem de Deus. E este ser humano criado por Deus é o homem e a mulher.” Constatamos que Deus criou o homem no mesmo momento em que criou a mulher e deu-lhes o estatuto de seres humanos, numa base de igualdade. À primeira vista, podemos imaginar um mundo onde é dada à mulher a mesma autonomia que se dá ao sexo oposto. No entanto, quatro ou cinco parágrafos mais adiante; conta-se o seguinte: “O Senhor Deus modelou o homem com barro da terra. Soprou-lhe nas narinas e deu-lhe respiração e vida. (...) O Senhor Deus fez com que o homem adormecesse e dormisse um sono muito profundo. Durante o sono, tirou-lhe uma das costelas, e fez crescer de novo a carne naquele lugar. Da costela que tinha tirado do homem, o Senhor Deus fez a mulher e apresentou-a ao homem.”

Torna-se notório como se subentende a forma como o texto se encaminha de repente numa direcção em que a figura masculina adquire o seu papel dominador, transformando a mulher numa criação dele dependente e a partir de si. No primeiro momento, mulher e homem parecem ser criados em simultâneo e à imagem de Deus. Num segundo momento, a tradição do cristianismo parece salientar que a mulher é criada a partir do corpo do homem. Esse homem, por sua vez, é criado a partir do barro e “animado” pelo sopro de Deus, o que lhe dá simbolicamente um carácter divino, ligando-o directamente a Deus e à espiritualidade na terra. A mulher é criada a partir do corpo do homem, o que ética e simbolicamente a coloca numa posição inferior. Tendo como ponto de partida, a história bíblica das origens do ser humano, a tradição do cristianismo ocidental coloca a mulher numa posição condicionada pelo homem, em que ela vive à mercê do pai ou do marido e onde a lei do patriarcado ganha a sua forma mais primitiva, estabelecendo-se assim, os fundamentos éticos e simbólicos de uma hierarquia com base no determinismo biológico.

A justificação para uma interpretação feminista da Bíblia torna-se assim patente, uma vez que o documento bíblico emerge do imaginário masculino, o qual tem vindo apoiar a estruturação do poder hegemónico do homem. A teologia feminista tem vindo a analisar o pensamento hegemónico que se reflete na organização da sociedade ocidental, fazendo o ser humano interiorizar uma organização pretendida e domada pelo patriarcado. Apesar das diversas possibilidades de interpretação das narrativas míticas, a tradição judaico-cristã continua a insistir nas versões que tendem a menosprezar as mulheres na sociedade. O discurso normativo persiste em basear-se no texto bíblico para instituir a ideia de que a mulher é a segunda a ser criada, e a primeira a pecar. Esta interpretação está de tal forma instituída na sociedade patriarcal, que impossibilita por vezes, a reabilitação das narrativas do Livro Sagrado.

O que nos interessa aqui apreender é a forma como a teologia normativa se aproveita do texto bíblico para reforçar a ideia da subvalorização do sexo feminino. Portanto, neste sentido continuar-se-á a atribuir um poder simbólico à mulher muito aquém do seu poder real, que tantas vezes é marginalizado e oprimido. A forma como o poder institucional interpreta o texto bíblico continua a favorecer o sexo masculino, sublinhando padrões morais específicos que condicionam o sexo feminino, como é o caso do mito da criação do ser humano. Enquanto as instituições hegemónicas investem na singularidade da Bíblia, a teologia feminista revela a sua ambiguidade. Desmistifica-se a mulher, tornando-a visível e expondo a forma como os papéis sociais lhes são impostos, condicionando-a frente ao poder patriarcal. Por razões óbvias, procura-se então, a visibilidade das mulheres dos mitos bíblicos e a necessidade em continuar a questionar a canonização teológica, para melhor compreender como se enraíza o pensamento hegemónico na nossa sociedade e como cada ser humano se relaciona com esse pensamento.

¹Shanks, Hershel (ed.) (1995). *Feminist Approaches to the Bible*. Washington: Biblical Archaeology Society.

²Trible, Phyllis (1995). “Eve and Miriam: From the Margins to the Center”, In: *Feminist Approaches to the Bible*. Washington: Biblical Archaeology Society. (pp. 5-24).



es Reflexión Original Anti-Capitalismo

Caravana Migrante Centroamericana y su paso por el sur de México cuando el sur decide ayudar al sur a pesar de sus malos gobiernos

AN Original

2018-11-01

Por Rubén de J. Solís Mecalco

El 19 de octubre del presente año, el puente internacional Dr. Rodolfo Robles, cruce fronterizo entre Chiapas, México y Guatemala, fue el escenario de una de las mayores movilizaciones internacionales de personas en la región de los últimos 30 años. Se calcula que aproximadamente 7 mil personas mayoritariamente de Honduras, aunque también de El Salvador, Guatemala así como otros países de Centroamérica, intentaron entrar al territorio mexicano en su camino hacia Estados Unidos de América (EUA). Un aspecto a resaltar es que la Caravana Migrante Centroamericana, como ha sido denominada por diferentes medios de comunicación internacional que le han dado cobertura, está compuesta mayoritariamente por mujeres (2,234) y menores de edad (2,307), los cuáles fueron recibidos violentamente por las autoridades policiacas y militares mexicanas. Gases lacrimógenos, golpes, entre otras tácticas hostiles fueron empleadas para impedir su ingreso al país e interrumpir su caminar al norte.

A la violencia física de las autoridades, se le añade el discurso alarmista impulsado por ciertos sectores de la sociedad mexicana, que catalogan a los integrantes de la caravana como un grupo de potenciales delincuentes que sólo provocarán desgracia y más inseguridad en un país ya bastante herido por el crimen organizado nacional. Olvidando intencionalmente que por la propagación de este tipo de ideas muchos hermanos migrantes mexicanos están siendo criminalizados, deportados y separados de sus familias en EUA; y que en el caso mexicano, según datos oficiales, los inmigrantes residentes representan menos del 1% de la población total, siendo la mayoría de ellos de origen estadounidense y no centroamericano, ya que estos últimos tienen a México como un país de paso y no de destino.

Esta primera caravana migrante comenzó desde inicios de octubre, cuando miles de centroamericanos, principalmente de Honduras, partieron desde San Pedro Sula con la esperanza de llegar a EUA o Canadá. Es importante aclarar que la caravana ha tenido un acompañamiento de diferentes defensores de migrantes, entre ellos Bartolo Fuentes exdiputado hondureño, quienes saben del empobrecimiento en la región, y que en el caso de Honduras se ve reflejado en que al menos dos tercios de su población vive en la pobreza, además de ser uno de los países, que al igual que El Salvador, son considerados de los más peligrosos del mundo.

Y es que reducir la concepción de esta gran movilización de personas en la región sólo como un proceso migratorio, sin tomar en cuenta el contexto y las problemáticas que están llevando a que miles de personas emprendan un viaje incierto y lleno de peligros, nos haría sacar del debate público los regímenes en el poder tanto en Honduras, como en los otros países que conforman el denominado triángulo norte Centroamericano (Guatemala-El Salvador), así como el papel de los gobiernos de EUA en el soporte económico-político de dichos regímenes. Los cuáles se han mantenido a pesar de la incapacidad que han demostrado para garantizar las condiciones de vida mínimas a sus ciudadanos, quienes llevan varias décadas padeciendo una grave situación de violencia generalizada, hambre y marginación.

Desde esta perspectiva surge la duda de si es correcto hablar de un proceso migratorio centroamericano, o de un desplazamiento forzado de seres humanos que requieren protección internacional, ya que no la han podido encontrar en sus países de origen. De nuevo las palabras y los conceptos para hablar de un hecho en particular son importantes ya sea para informar y generar empatía internacional; o simplificar, desinformar y provocar un temor/odio ante el imaginario aversivo que en los tiempos actuales se le adjudica a cualquier ser humano migrante que emprende un viaje del sur hacia el norte global.

A pesar de los ataques en diferentes frentes, los y las desplazados centroamericanos han encontrado solidaridad en otras personas que al igual que ellos han tenido que vivir ya sea en carne propia o a través de un familiar o ser querido la travesía de migrar en las condiciones menos favorables hacia EUA o diferentes regiones del interior de México. Es así como varias organizaciones civiles tales como Colectivo Migrantes para las Américas (COMPA); Colectivo de organizaciones y Defensores de migrantes y Refugiados (CODEMIRE); Mesa de Coordinación Transfronteriza Migraciones y Género (MTMG), entre otras, al igual que académicos comprometidos y el pueblo organizado de Chiapas y de otras regiones del país con una larga historia de migración al norte, recibieron a los hermanos centroamericanos en diferentes ciudades fronterizas como Tapachula y Ciudad Hidalgo, con comida, abrigo y música, así como procuraron ayudar a continuar su viaje, demostrando otras formas de hacer política internacional que trascienden y logran ser más útiles en el corto plazo para los desplazados del sur, que los aparatos burocráticos. Sin embargo, el viaje continúa al igual que las penurias, peligros y complicaciones en el camino, y para los hermanos centroamericanos que logren a travesar el territorio mexicano les espera una frontera México-EUA militarizada y una sociedad norteamericana cuya aversión hacia los inmigrantes no deja de aumentar.

Ante el cierre de las fronteras geográficas, políticas y sociales en EUA es posible que una proporción de las personas que conforman la caravana centroamericana decidan o se vean obligadas a quedarse en un México en plena transición política hacia una izquierda que en el discurso parece ser más empática con el drama migrante, pero que en la práctica aún no ha sido clara en la generación de instrumentos de acogida a esta población.

¹ Comunicado COMPA et al., 2018. Disponible en (Fecha de consulta: 22/10/2018): http://asylumaccess.org/wp-content/uploads/2018/10/COMUNICADO_E%CC%81XODO-HONDURAS.pdf

² Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI), 2015, Porcentaje de población migrante internacional en México. Disponible en (Fecha de consulta: 19/10/2018): <http://www.beta.inegi.org.mx/temas/migracion/>

³ Página web: <http://migracionparalaserias.org/>

⁴ Página web: <http://mesa-transfronteriza.blogspot.com/>

Na encruzilhada da democracia brasileira, gênero e raça reformulam lutas e afirmam sua existência política

AN Original

2018-10-24

Por Raimunda Monteiro

A pujança das manifestações das mulheres brasileiras, em 29 de setembro de 2018, com o mote #EleNão, aponta novas vias para se pensar a democracia brasileira na emergência de causas, lideranças e meios de mobilização social. Traz à tona uma capacidade adaptativa inovadora na conformação de causas e de como comunicá-las.



Em Coimbra, cerca de 500 manifestantes reuniram-se na Praça de 8 de Maio.

A mobilização contra o sexismo, o racismo e o fascismo obteve esse feito como acúmulo silencioso. No primeiro momento, com o *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff e a conseqüente derrocada de políticas sociais, cujos efeitos afetam as mulheres mais pobres da população. No pacote do *impeachment* veio o corte dos investimentos sociais com a Emenda Constitucional 95 e a negação do sistema de políticas públicas inclusivas derivadas da Constituição de 1988². O desmonte do Estado de bem-estar social que apenas começava, foi assimilado de forma individual, sem que essas medidas se convertessem em bandeiras unificadoras.

Não houve reação significativa contra o preconceito sexista e misógino carregado com as acusações de “pedaladas fiscais”, discurso da maioria pelo *impeachment* da Presidente. Foi tímido o incômodo com Jair Bolsonaro enaltecendo o torturador de Dilma, Brilhante Ulstra e louvando o sofrimento dela sob tortura. Esses fatos, confluíram como matéria-prima para a tomada de consciência massiva da atualidade? Talvez, silenciosamente.

De 2016 a 2018, os partidos progressistas e as organizações sociais brasileiras, não lograram transformar as insatisfações econômicas e sociais em mobilizações para conter a avidez do neoliberalismo que se manifestou também na desregulamentação ambiental e fundiária, previdenciária e trabalhista em favorecimento do capital internacional e de seus aliados nacionais.

O segundo momento, compreendido como um tempo de cultura da mobilização de setembro de 2018, é o período eleitoral, em que as perdas econômicas e sociais se somam à explicitação da perda de liberdade e ao ataque aos direitos individuais e coletivos e, ao corpo. Questões morais ascendem ofuscando causas econômicas e sociais.

A explicitação exacerbada do sexismo, do fascismo e do culto à violência por parte do candidato ultra-direitista Bolsonaro, impulsionou uma mobilização surpreendente. Ele expressa a radicalização, a intolerância em relação às políticas distributivas, inclusivas e de reconhecimento de direitos de indígenas, negros, mulheres, movimentos LGBTs e da esquerda. Um discurso que descambou para o fascismo sem máscaras e nem piedade.

O momento eleitoral exacerbou as ameaças e o medo sobre os salários, empregos, as condições de vida e, também (absurdamente aconteceu!) sobre a raça, o corpo, a segurança e direitos fundamentais. Essas questões afetam as mulheres e todos os segmentos discriminados estruturalmente, objetiva e subjetivamente, no âmago de suas existências e não-existências.

A soma de sofrimentos e medos acumulados nas duas fatias de tempo, pode ter impulsionado o movimento #EleNão. Conectado por redes sociais em tempo récorde, o movimento enredou mais de três milhões de seguidoras. As mídias hegemônicas atenuaram o movimento, como convém à uma comunicação de guerra. Os meios de comunicação e as convocações virtuais reuniram mais de 2 milhões de pessoas em grandes, médias e pequenas cidades no Brasil e algumas no exterior.



Em Coimbra, cerca de 500 manifestantes reuniram-se na Praça de 8 de Maio.

A pauta do sexismo, do racismo e do fascismo foi identificada como a maior ameaça à democracia. Unificou classes sociais, raças, gêneros, gerações e credos partidários progressistas dentro e fora do país, inaugurando uma agenda nova de pleitos por direitos humanos elementares.

O escopo de participação transpôs instituições da clássica sociedade civil organizada (sindicatos e associações de classe, centrais sindicais, partidos, ONGs e os órgãos oficiais de defesa de direitos), afirmando silenciosamente ou nem tanto, que as mesmas já não conseguem “sentir” e tomar para si, as dores individuais e coletivas que envolvem o ser diferente, ser pobre, ser discriminado e ser tolhido em suas escolhas humanas.

A mobilização fez emergir um discurso humanista, intimista, ecologista e afirmativo da pluralidade e da diversidade. A nova Ágora serviu para afirmar o direito de ser o que quiserem ser. A palavra fascismo, que parecia ter sucumbido no século XX e bem distante do Brasil, assume um sentido prático na vida das pessoas e ecoa em tambores e vozes diversas e insurgentes.

A reivindicação do ser, arrastou a percepção das perdas e das ameaças sociais, econômicas e de soberania nacional, mas sem bandeiras partidárias. Os partidos não se constituíram como organizações de mediação, como os convocadores. Assim como o embate eleitoral final se dará para além de partidos, num embate agudo entre a afirmação do Estado de Direito e a negação de direitos fundamentais.

Como fenômeno comunicacional, aparece o fator de quem convoca. Novos agentes de convocação, sem um rosto nacional, motivadas pela negação enfática das ideias do candidato assumido como fascista, retraduzidas em cada praça e posts de manifestação. Como movimentos sem um rosto que alimente a conexão da causa comum se sustentam nesses cenários marcados por efemeridades? As mobilizações sociais do século XXI, como o “Occupy Wall Street”, antes de um líder carismático clássico, projetou uma causa. Movimentos efêmeros parecem estar em causa.

A convocação pela Internet foi sustentada, sem uma liderança individualizada, num universo incrivelmente amplo de multiconvoções e de autoconvocações nos espaços virtuais, sem controle e sem centralidade. O movimento se materializou presencialmente por meio de “coletivos”, como unidades sociais críticas e de indivíduos identificados pela causa. Revisando moldes de liderança, presencialidade, bandeiras de luta, sentimentos coletivos e formas de convocação.

Nessa emergência de novas formas de coletivizar causas, o #EleNão foi um catalisador de revoltas represadas contra opressões do cotidiano por um sistema que busca extrair à exaustão as capacidades humanas que considera úteis e descartar o que considera entulhos. O capitalismo neoliberal vê as pessoas como ativos ou como passivos.

A opressão patriarcal intensificada pode resultar em novos feminismos, substanciados pela resistência ao fascismo e se tornar um *front* político emergente? Veremos se essa mobilização repercutirá nas eleições brasileiras, a favor do candidato Fernando Haddad, que se contrapõe ideológica e programaticamente ao candidato que motivou essa mobilização retumbante e que tem uma feminista como vice, Manuela d'Ávila.

Boaventura Sousa dos Santos e as pessoas que se alinham nos estudos da Sociologia das Emergências propõem ler esses fenômenos como aprendizados vindos dos segmentos cujas experiências sociais e políticas são desprezadas pela democracia ocidental como não-existentes. O movimento #EleNão irrompe questionando os padrões clássicos de representação e conforma novas ou, renova antigas causas, seus mecanismos de convocação e de comunicação; demonstra novas características de liderança ou a diluição e não-personificação de lideranças individuais e institucionais como elementos de convocação.

Em tempos de negação e de afirmação de direitos elementares, a política do corpo clama por democracia. Com formas aparentemente difusas, tendem esses movimentos disruptivos, a se conectar aos movimentos e partidos formais antifascistas para evitar a ascensão das forças que representam a opressão à todos? Funcionarão como oposição radical contra o sistema de asfixia humanitária do neoliberalismo, indo além da efemeridade? a se conferir na História.

Raimunda Monteiro é formada em jornalismo, Mestre em Planejamento de Desenvolvimento Regional e Doutora em Ciências Socioambientais. Professora do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional do Instituto de Ciências da Sociedade da UFOPA-Universidade Federal do Oeste do Pará, pesquisadora em estágio pós-doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

² Constituição Cidadã, que instituiu garantias de direitos e políticas públicas inclusivas.



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

As eleições de 2018 no Brasil e o embate político entre a esquerda e extrema direita

AN Original

2018-10-23

Por Zulene Muniz Barbosa

Há poucos dias do segundo turno das eleições de 2018, vive-se momentos decisivos do embate político entre a esquerda e a extrema direita. Mais que combater o fascismo é preciso enfrentá-lo como manifestação real. Nicos Poulantzas (1972) ao analisar o fascismo em sociedades semiperiféricas diz, ser este, um fenômeno de forte impacto popular, porque agrega uma das características distintivas essenciais em comparação com outros regimes do Estado capitalista de exceção: a guerra aberta contra as massas populares e os trabalhadores. Muitos não sabem o que é o fascismo, por isso é preciso compreender tal fenômeno em todas as suas dimensões. Aqui em Portugal o salazarismo foi uma prática autoritária e fascista durante 50 anos, contra a qual os trabalhadores e o povo tiveram de se levantar por meio de uma revolução vitoriosa: a Revolução dos cravos. Uma revolução social sem derramamento de sangue e que foi capaz de democratizar a sociedade portuguesa.

Os ideias de democracia permanecem, mesmo sob a grave crise econômica do capitalismo que o mundo vivência, desde 2008, e que ainda não mostrou sinais de recuperação. Por isso os países imperialistas impõem a sua política ultraliberal e atuam através dos bancos para recompor os seus interesses econômico - corporativos. Diversos países, seja na periferia da zona do euro, seja na América Latina, estão sob esta ameaça. A sociedade portuguesa, especialmente, os trabalhadores encontram-se, ainda, sob forte impacto das políticas de austeridades aplicadas entre 2011 e 2015, contra os direitos trabalhistas e sociais. Desde 2016, mesmo com a ascensão de um governo de centro esquerda, a recuperação é lenta.

A atual crise política brasileira, cuja explicitação remonta a meados de 2013, adquiriu tamanha duração e profundidade que parece encerrar o ciclo iniciado pela chamada Nova República, com a eleição indireta, em 1985, da chapa Tancredo Neves e José Sarney, pondo fim a vinte e um anos de ditadura militar no país (Almeida, 2018). Após um breve interregno do regime democrático, em 2014, as classes dominantes não aceitaram os resultados das eleições e derrubaram a presidenta eleita. Um golpe dirigido pelo capital internacional e pelo setor da burguesia brasileira a ele associado. De lá para cá vive-se um estado de guerra. De costa para o povo, ao congelar os gastos públicos (saúde, educação, segurança pública etc.) por vinte anos, o governo Temer ostenta os maiores índices de desaprovação e é hoje num fantoche do imperialismo estadunidense. Assim, sem qualquer investimento interno e implementando o desmonte da política de conteúdo local, o país ostenta, hoje, cerca de 14 milhões de desempregados.

O efeito desastroso dessa política é a guerra contra o povo. O setor da fração conservadora da classe média incrustada no aparelho de Estado desempenha um duplo papel: por um lado, como classe

detentora esse setor é constituído de polícia, forças armadas, magistratura e Ministério Público que, em troca dos seus privilégios de classes (salários altos, prebendas e previdência própria e, como brinde, poder frequentar ambientes burgueses ou glamurizados), por outro, se encarrega do trabalho sujo de criminalizar as lutas populares, legitimando com isso as propostas ultraliberais, de interesse do capital internacional (Pinheiro, 2018). Mesma a extensão da velha cidadania liberal cuidam para desativá-la.

A reforma trabalhista recentemente aprovada deverá ser executada na íntegra num eventual governo Bolsonaro contra os trabalhadores e a favor do empresariado. Vários setores da sociedade civil, as diversas associações privadas, os empresários dos meios de comunicação - rádio e televisão e as igrejas evangélicas que mercantilizam a fé do povo - um verdadeiro Estado ampliado no sentido gramsciano, em volta da candidatura de Jair Bolsonaro, cujo programa econômico é a continuidade do governo Temer. O fato concreto é que nesse segundo turno das eleições dois projetos estão em jogo. De um lado, o projeto dos ricos, consubstanciado nas propostas ultraliberais de interesses do capital internacional e do outro, um projeto inclusivo para a imensa maioria do povo e das massas marginalizadas, um projeto que vinha dando certo, ainda que com alguns erros, mas com certeza mais acerto.

O interesse dos setores que golpearam a democracia brasileira é nesse momento, pelo poder político do Estado por um grupo que já domina no governo Temer e que quer continuar. Os embates dos setores democráticos, nesta última semana do processo eleitoral, para além do Partido dos Trabalhadores, devem convergir no sentido de derrotar o projeto fascista encarnado na candidatura de Jair Bolsonaro que avança e dar sinais de que pode se estabelecer no país se não houver uma grande mobilização popular para impedir. O momento é de travar a “batalha das ideias” para derrotar o projeto da extrema direita. De acordo com Boaventura de Sousa Santos “será preciso defender a democracia brasileira com luta nas ruas” (Sul21: 05/06/2017).

Referências

- ALMEIDA, Lúcio Flávio. Neo-nacional-desenvolvimentismo e relações de classes nos governos Lula. Lutas sociais, 35 NEILS - PUCSP, 2015
- BARBOSA, Zulene. As temporalidades da política no Maranhão. Lutas Sociais 9, NEILS/ PUCS, 2003
- _____ As relações de classes, a crise, o golpe, (Mímeo) 2018
- PINHEIRO, Jair. Manifestações de junho fechando o Outono. Lutas Sociais 31, PUCSP, 2013
- _____ Breve Análise de Conjuntura À Quente (Mímeo) 2018.
- POULANTZAS, Nicos. Ditadura e Fascismo. Portucalense, 1972
- SANTOS, Boa Ventura Sousa (Sul21: 05/06/2017). Entrevista com Boaventura de Sousa Santos. www.sul21.com.br



Zulene Muniz Barbosa é Investigadora em Pós-Doutoramento no CES – Universidade de Coimbra, doutora em Ciência Política, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão e pesquisadora do Núcleo de Ideologia e Lutas Sociais PUCSP.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA - 484 e 507a
Instituída em 1290
Reconstituída em 1515



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Trajetórias educacionais e a promoção da igualdade racial no âmbito universitário

AN Original

2018-10-17

Por Marcos Silva

Este texto tem por objetivo apresentar resultados, a partir de pesquisa de tese, sobre aspectos do sistema educacional brasileiro, em particular trajetória de estudantes negros/as do ensino superior/pós-graduação à luz das desigualdades de raça e racismo, situando-as no marco de políticas de igualdade de oportunidades (SILVA,2016). Nosso primeiro enfoque abordou as informações constantes do portal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Plataforma Lattes), no que tange à promoção da igualdade racial no âmbito da Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil, prevista na Lei nº 12.288/2010(BRASIL, 2010).

A pesquisa apontou que a Plataforma solicita o preenchimento do campo cor/ “raça” no currículo, entende-se que a partir desta coleta de dados é possível realizar estudos que permitam mapear a participação dos grupos étnico-raciais na C & T, bem como acompanhar políticas de inclusão racial no país, além de estruturar outros programas e políticas para segmentos específicos quando necessário. Isoladamente, as informações colhidas, por certo, não favorecem o combate às desigualdades sociais e raciais, mas, se associadas a outros dados, podem se configurar em informações importantes para novos estudos sobre as relações raciais.

A pesquisa mostrou que a presença negra na universidade, além de reduzida, é desigual e restrita a algumas áreas. A herança do passado escravista não pode ser omitida quando se trata das desigualdades educacionais e profissionais no Brasil, o qual está associado à manutenção de um sistema político e educacional pouco democrático que reforçam as intensas desigualdades sociais. Portanto, a seletividade persistente do sistema educacional brasileiro justifica a adoção de políticas de ação afirmativa no ensino superior/pós-graduação no Brasil, bem como, a ampliação do quadro de docentes para suprir a demanda de professores/as orientadores/as que conheçam em profundidade o tema das relações étnico-raciais, e a oferta de disciplinas sobre o tema no ensino superior/pós-graduação. Ações como estas, poderiam romper o silêncio instaurado nas instituições de ensino superior, que quando discutido, muitas vezes vem acompanhado de estratégias associadas à naturalização (preconceito de classe sem preconceito racial).

Apreende-se políticas de ação afirmativa como uma intervenção em tempo delimitado, do Estado ou do setor privado, visando ao aumento acelerado da presença de membros de grupos sociais sub-representados em esferas da vida social, e com vistas à promoção da igualdade racial. Busca-se corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado de modo a concretizar o ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais e direitos de cidadania plena. Entende-se que a vida acadêmica também espelha as dinâmicas de desigualdade que movimentam a formação histórico-social



brasileira.

O segundo enfoque assinalado refere-se às entrevistas realizadas. Os entrevistados são pertencentes a grupos de menor *status* socioeconômico e que tiveram que superar barreiras raciais e desigualdades sociais. No que se refere à família, identifica-se que a reduzida escolaridade dos pais não foi impedimento para que eles acompanhassem, orientassem e contribuíssem para a extensão dos estudos dos filhos. Desde a infância, os entrevistados tiveram um convívio com narrativas sobre racismo e desigualdades sociais no ambiente familiar e fora dele. Mas o fator cronológico é insuficiente para focalizar esta etapa da vida dos entrevistados, pois as diferentes formas de desigualdade não atingem as pessoas durante sua trajetória de vida da mesma forma e com o mesmo impacto. Apreende-se que, embora de modo diferente, as crianças estão expostas às mesmas estruturas e mecanismos sociais que os adultos. Tais estruturas e mecanismos sociais se tornaram mais evidentes no decorrer de suas trajetórias de vida pessoal/educacional.

No que tange a trajetória acadêmica, os entrevistados por um lado, contaram com apoios, a saber: a família; os amigos; o Estado; outras instituições (ONG's), além do próprio esforço. Por outro lado, enfrentaram barreiras (racismo e discriminação), no âmbito educacional e fora dele. De modo geral, a população negra no Brasil tem várias barreiras que impedem o acesso à mobilidade educacional e social (segurança pública, sistema de saúde, transporte público de qualidade, habitação, emprego, educação de qualidade), isto é, com raras exceções, vivem em áreas desprovidas de infraestrutura e equipamentos públicos.

Outro assunto discutido na pesquisa se refere a Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), que propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. A Lei reflete a tensão presente na história das políticas educacionais do país, pois de um lado há políticas que visam a permanência do racismo estrutural que se revela pela invisibilidade da "raça" e pelo mito da democracia e, de outro, políticas frutos de lutas sociais que rompem com as primeiras. A Lei é fundamental para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira, além de oportunizar a revisão de programas e currículos quanto à diversidade cultural que se apresenta no Brasil no combate às desigualdades sociais. A nossa luta é para que as políticas de Estado no Brasil, garantidoras de direitos permaneçam em futuros governos. Os entrevistados vêm de um sistema educacional, em particular na universidade, em que as disciplinas obrigatórias com raras exceções abordam a temática das relações étnico-raciais, isto implica dificuldades para o desenvolvimento de pesquisas. Vale ressaltar a importância do monitoramento dos indicadores que viabilizem a dinâmica das desigualdades raciais para subsidiar decisões por parte de diversos agentes nas esferas públicas e privadas.

Verificou-se ainda que parte dos entrevistados exerceu atividade laboral durante a formação superior/pós-graduação. Se por um lado, isto pode favorecer o processo de emancipação familiar, por outro lado, aponta-se que eles trabalharam para custear sustento pessoal e familiar. Isto pode ser explicado pela limitação do número e de valores das bolsas de estudos em programas de pós-graduação, incompatíveis com as necessidades materiais dos pesquisadores.

Os entrevistados compartilham do conceito de "raça" como uma construção social e um conceito analítico fundamental para a compreensão de desigualdades socioestruturais e simbólicas observadas na sociedade brasileira. Mas ressaltam que nas relações sociais, o termo "raça" é utilizado com frequência para justificar como determinadas características físicas (cor de pele, tipo de cabelo), influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos na sociedade brasileira.

No que se refere ao racismo, os entrevistados entendem que no plano simbólico, o racismo se manifesta via adoção da crença (ou ideologia) da superioridade "natural" de um grupo racial sobre outro (do branco em relação a grupos de racializados). No plano estrutural, o racismo consiste no sistemático acesso desigual a bens materiais entre os diferentes segmentos raciais. Esta conceituação considera o preconceito interpessoal como apenas uma das possíveis manifestações do racismo.

Assim, este texto dialoga também com as dimensões da exclusão social abrangendo as dimensões: objetiva, referente à desigualdade social; ética, referente às injustiças sociais; subjetiva, referente ao sofrimento ético-político produzido pela exclusão social (SAWAIA, 2013).

Referências

- BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 31 set. 2018.
 - Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm Acesso em: 31 set. 2018.
 - SAWAIA, Bader Burihan. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 13ª.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
 - SILVA, Marcos Antonio Batista da. Discursos étnico-raciais proferidos por pesquisadores/as negros/as na pós-graduação: acesso, permanência, apoios e barreiras. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
-



Marcos Antonio Batista da Silva é doutor em Psicologia Social pela PUC-SP. Investigador em pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra(CES), Portugal, onde integra o projeto POLITICS “A política de antirracismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas. Financiamento: European Research Council.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



12 90
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
dos Serviços Locais
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sufia
inscrita no Livro do Património
Mundial em 2002



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt Notícias Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

“Quando falamos de budismo, falamos de engajamento social” - Monja Coen

AN Original

2018-10-15

Por Célia Trindade Amorim, Isabel Felix, Rita Kacia Oliveira

Um dia após as eleições no Brasil, no último dia 7 de outubro, Monja Coen, com uma serenidade e sorriso largo, participou da sessão pública intitulada “Como o Zen Budismo pode ajudar a lidar com a depressão?”, no auditório da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal.

Coen elevou a moral de muitas/os brasileiras/os que foram prestigiá-la, principalmente após o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais no país, que apontou um cenário nada positivo para o fortalecimento da democracia brasileira.

A monja falou para um auditório lotado com a presença de mais de 250 pessoas da comunidade acadêmica e fora dela, a respeito de valores éticos como princípios importantes para a humanidade se fortalecer da onda de extrema-direita que assola a política no mundo. “Qual o sentido da vida?”, foi um dos questionamentos de Coen, ao destacar a diversidade do mundo como atributo do bem viver.

Para fazer o público interagir no início da sessão e, ao mesmo tempo, relaxar, Coen convidou todas e todos para uma pequena prática de Zazen – meditação sentada - uma das práticas que ela acredita e aconselha para a prevenção e auxílio na cura da depressão, mas alertou que não aconselha o abandono do tratamento médico. A Zazen é também facilitadora do auto conhecimento, atitude que para ela é fundamental, pois vai além do individualismo, pois desperta à compaixão conosco mesmas, com todos os seres.

Monja Coen não se deteve ao tema da depressão em si, dos seus aspectos físico e psicológicos, mas a partir de reflexões dos ensinamentos e preceitos budistas, abordou questões da subjetividade, interrelacionalidade e sobre a importância do conhecimento da mente para saber usá-la em benefício da cura e do bem-viver. Sem deixar de levar em conta os valores e a ética.

Defensora e praticante do budismo engajado, ela argumentou que precisamos conversar uns com os outros, mas sem perder “tempo em conversas fúteis, essa é uma das orientações do Buda”. Ela lembrou de sua conversa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na cela da Polícia Federal, em Curitiba. O presidente Lula, preso desde o último dia 7 de abril, de forma injusta, em um processo cheio de vícios, recebe as segundas-feiras uma liderança religiosa na cela da PF, e diante desta oportunidade, perguntaram para a monja se ela queria ir visitá-lo. Coen respondeu: “Com toda alegria. Nunca falei com ele pessoalmente. E tive uma hora inteirinha só para mim. Muitos me invejaram”, disse Coen, tirando largos sorrisos do público.

Monja recuperou aos presentes uma das mensagens do presidente Lula: “Ele disse que não tinha raiva de ninguém, que apenas entendia esse momento histórico”. Coen lançou um questionamento para os participantes da sessão pública: “Será que entendemos esse momento histórico que estamos

atravessando na humanidade? Pode não ser o que nós queremos, mas tem um significado”. Ela alertou que devemos parar de estar envolvidos em pequenos grupos, pequenos poderes, há necessidade de unirmos para fazermos grandes reformas sociais. “Quando falamos de budismo, falamos de engajamento social”, disse a monja.

Coen é uma monja Zen Budista brasileira, que realizou seus estudos monásticos no Zen Center of Los Angeles e no Japão, no Convento Zen Budista de Nagoia, Aichi Senmon Nisodo e Tokubetsu Nisodo. Nos anos 1990, tornou-se a primeira pessoa sem ascendência japonesa e a primeira mulher a ser presidente da Federação das Seitas Budistas do Brasil. Ela é a Primaz Fundadora da Comunidade Zen Budista, Zendo Brasil, criada em 2001, com sede no bairro do Pacaembu em São Paulo.

Na sessão pública, utilizou das narrativas de histórias da tradição budista como as do próprio Buda, fez analogias com temas sociais, políticos e religiosos de nossa atualidade. Questionou, fez análise crítica, perguntas de suspeita como: “se o mundo é redondo, por que no modelo eurocêntrico do desenho do mapa do mundo a América do Sul está em baixo?” Em vários momentos ela coloriu sua fala com uma boa dose de humor.

O evento com a presença da monja foi realizado no âmbito das atividades do Policredo – observatório da Religião no espaço público, e fez parte das comemorações dos 40 anos do Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra.

Logo após o evento, monja Coen participou de uma sessão de autógrafos do livro “O sofrimento é opcional – Como o budismo Zen pode ajudar a vencer a depressão”, e concedeu entrevista para o AliceNews.



Isabel Felix é Investigadora em Pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Professora em Educação no Curso de Pedagogia, Faculdade e Caieiras. Brasil - São Paulo.



Célia Trindade Amorim é Investigadora em Pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Brasil – Belém do Pará



EPISTEMOLOGIAS
DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Nova cara do colonialismo, volunturismo promove e produz commodities da pobreza

AN Original

2018-10-12

Por Laurisa Nutting

Em seu sarcástico artigo sobre *How to write about Africa*, o escritor queniano Binyavanga Wainaina lista os clichês utilizados para retratar o continente. Ensina o autor que toda a narrativa da escrita deve estar permeada sempre com a mensagem, explícita ou não, de “I care”, afinal, quem irá salvá-los, se não o impecável liberal que ama África? Talvez por ter sido escrito em 2006, só faltou nas descrições de Wainaina um retrato que tem impulsionado um novo nicho na indústria do turismo internacional, que teve em 2017 uma receita de exportação (gastos dos turistas) de 1.6 trilhões de dólares, segundo o órgão das Nações Unidas para o Turismo (UNWTO).



Peça de campanha da ChildSafe Movement/Divulgação ChildSafe Movement

Trata-se do turismo voluntário, mais conhecido como volunturismo, em que jovens vão em sua maioria para algum país africano para fazer trabalho voluntário, especialmente com crianças. Viagens com este

propósito sempre existiram, mas em escala bem menor e voltadas para um público mais maduro. A maioria dos voluntários turistas são mulheres, com idade entre 20 e 25 anos, mas com o **crescimento da demanda** por estudantes de escolas secundárias. Entre os motivos que levam adolescentes e jovens adultos a fazer turismo voluntário estão mudar o mundo, melhorar o Curriculum Vitae, ajudar outras pessoas, os amigos estão a fazer, imergir em uma nova cultura, fugir temporariamente dos pais ou de situação estressante, **entre outros**.

Em seu livro *Imperial Eyes – Travel writing and transculturation*, a antropóloga Mary Louise Pratt expõe as narrativas exploratórias, tendo como ponto de partida o século 18, daqueles que ela chama de “capitalistas vanguardistas”, quer fossem membros de expedições científicas, representantes de instituições financeiras ou missionários. Estes atores tinham por objetivo consolidar o poder imperial e iniciar um novo período da expansão capitalista, por intermédio de investigação territorial e apropriação de recursos (incluindo humano), utilizando-se de um aparente nobre propósito: produção de conhecimento.

Querer ajudar é, sem dúvida, um admirável desejo humano. Mas os olhos imperiais do século 21 continuam os mesmos. Capitalistas vanguardistas utilizam mais uma vez outro argumento nobre: fazer o bem, com o volunturismo a ser agora uma das faces juvenis do neocolonialismo. Mas é preciso pagar e pagar alto para fazer o bem: até dois mil dólares por semana.

Enquanto os jovens podem estar imbuídos dos mais magnânimos e genuínos desejos de “fazer a diferença”, o volunturismo provoca mais dano do que benefício, em todos os aspectos, para as populações locais. O que não surpreende. Pratt cunhou o termo “zona de contato” para descrever o espaço de encontros coloniais, onde pessoas separadas geográfica e historicamente encontram-se, geralmente a partir do estabelecimento de relações marcadas por condições de coerção, submissão, profunda desigualdade e conflitos de difícil resolução.

Para garantir a satisfação de seus jovens clientes que querem mudar o mundo, o volunturismo está a alimentar a cruel indústria dos orfanatos, como alerta a **ReThink Orphanage**, rede multidisciplinar que visa, como o nome deixa claro, repensar a institucionalização desnecessária de crianças, visto que das oito milhões de crianças ao redor do mundo que moram em instituições 80% na verdade não são órfãs. Elas têm pais ou familiares que carecem de condições financeiras ou estruturais para mantê-las.



Vídeo paródia da SAIH Norwegian Students' and Academics' International Assistance Fund/ SAIH

A ReThink estima que 1,6 milhões de pessoas anualmente compram pacotes de viagem para a África, Ásia e América Latina para fazer trabalho voluntário, um segmento que está a movimentar 2,6 bilhões de dólares por ano. Para aumentar estas cifras é preciso garantir ‘matéria-prima’ para entregar o que os

websites prometem a seus potenciais clientes. Com isso, crianças são compradas ou alugadas de seus pais e familiares, ante a promessa de prover educação e uma vida melhor. “Quanto mais órfãos, mais os turistas doam ou pagam para ser voluntários em seus orfanatos, assim, mais lucrativo é o negócio”, explica o ReThink, em artigo publicado no website do **Save the Children**.

Ao invés de um ambiente acolhedor e acesso a escolas, as crianças terminam por tornar-se o que se está a chamar de commodities da pobreza. Quase 90% dos orfanatos no Nepal estão localizados nas cinco áreas mais procuradas pelos turistas, alerta a ONG inglesa **Tourism Concern**. No Haiti, são 80% dos 32 mil ‘órfãos’ cujos pais estão vivos. No Cambodia, houve um aumento de 75% no número de orfanatos: **225, em comparação com 154 em 2005**, mantidos por doações de estrangeiros – o número de instituições mantidas pelo governo continua estável, 23. De acordo com o **UNICEF**, três quartos das 12 mil crianças morando nos orfanatos têm pelo menos um dos pais vivos.

“O termo órfão, embora muitas vezes usado com boas intenções, tornou-se um rótulo homogenizador e patológico. Roubou nossa individualidade e nossa dignidade”, diz Stephen Uncembe que fundou em 2009 o Kenya Society of Care Leavers para dar suporte aos jovens que saem de instituições. Uncembe conhece bem os mecanismos que fazem a **indústria da orfandade** funcionar porque ele mesmo serviu de lubrificante para as engrenagens, pois cresceu em um orfanato em Quênia muito antes do boom do volunturismo, como explica em seu **relato**:

Uniformizados com calções azuis e t-shirts amarelas e azuis com o nome do orfanato, éramos colocados debaixo de uma árvore para esperar pelos visitantes. Mas nunca tínhamos sapatos. O motivo para não usarmos calçados era para mostrar quão pobres éramos, persuadindo, assim, os visitantes a doarem mais dinheiro. Os funcionários da instituição nos ensinaram como agir. Ficávamos em fila e quando os visitantes chegavam tínhamos que exudar alegria, pulávamos, cantávamos e dançávamos como sinal de boas-vindas (tradução pela autora).

Junto à Tourism Concern e ReThink, o ChildSafe Movement é uma das plataformas mais vocais nas denúncias contra este tipo de volunturismo, com campanhas a alertar que criança não é atração turística, e a pedir para que não se alimente a indústria do orfanato, com um **vídeo de animação** e com ilustrações que ironizam os apelos de consumo da publicidade no mundo capitalista. “Geralmente doações não ajudam os órfãos. Elas os criam.” O objetivo é manter as famílias juntas em casa, ajudando-as a solucionar os principais problemas que as impedem de fazê-lo: gerar mais renda, apoio de serviços sociais locais, acesso à educação, resolver questões de saúde.

A luta por manter as crianças junto a suas famílias é sustentada em mais de 60 anos de pesquisas que comprovam que crianças que crescem mesmo nas melhores instituições correm sérios riscos de desenvolver doenças mentais e desordens emocionais de vários tipos, como estabelecer relacionamentos saudáveis e dificuldade de reintegrar-se à sociedade. Estudos também mostram que apresentam dificuldade de serem eles mesmos pais porque carecem de modelo de família ou do que seja ser bons pais, o que afeta gerações futuras. Além disso, jovens adultos que cresceram em instituições têm dez vezes mais probabilidade de cair no mercado do sexo, 40 vezes mais chances de exercer criminosas e são 500 mais vezes inclinados a cometer suicídio.

Wainaina encerra seu artigo com mais sarcasmo ao recomendar sempre terminar o texto com qualquer citação de Nelson Mandela, afinal o jovem capitalista vanguardista ‘ama África, quer **fazer o bem**’ e é o **salvador**. No caso do volunturismo, deve-se acrescentar uma fotografia de crianças com um sorriso largo deixando flagrante o contraste entre o claro e o escuro.

Laurisa Nutting é Jornalista, aluna de Mestrado em Antropologia Social e Cultural, da Universidade de Coimbra, pesquisa sobre narrativas feministas de construção de paz em África.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1 2 9 0
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Faculdade de
Ciências
e Letras



Faculdade de
Letras e Ciências
Humanas



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt Reflexão Original Anti-Colonialismo

Alteridade e representações mediáticas: DeOthering, uma agenda de investigação. AN Original - DeOthering

2018-10-08

Por Júlia Garraio

*Este artigo é parte de uma série de publicações de autoria da equipe de investigação do projeto **DeOthering**, publicado no Alice News com cadência mensal.*

As mais recentes notícias sobre o navio Aquarius - perda da bandeira do Panamá e proibição de atracagem em diversos portos europeus - ilustram bem o encerramento e a securitização crescentes das fronteiras europeias assim como a tendência galopante para a criminalização da ajuda a migrantes em risco nas águas do Mediterrâneo. Se a ajuda humanitária e a solidariedade para com os/as mais desprotegidos/as eram comportamentos que gozavam tradicionalmente de uma carga positiva e estavam associados a iniciativas individuais, no atual contexto da migração para uma “Europa fortaleza”, elas são hoje cada vez mais entendidas como competências do domínio do Estado, submetendo-se a controlos apertados por parte dos aparelhos de securitização.

Esta evolução na gestão das fronteiras externas da União Europeia e as mudanças comportamentais que a acompanham não se traduzem apenas em transformações no discurso público. A própria linguagem tem sido um instrumento fundamental para o avanço, a difusão, a legitimação e a aceitação por parte da população dessas mesmas políticas europeias. Vejamos alguns exemplos sinalizadores das transformações profundas sofridas por determinados conceitos. Quando equacionada nos debates sobre migração para a Europa, “solidariedade” deixou de significar ajuda aos/as migrantes; atualmente, nas cimeiras europeias e na imprensa, “solidariedade” tende a exprimir cooperação entre os estados membros, no sentido de que todos os países da EU devem partilhar o “fardo” dos/as refugiados/as, assim auxiliando os países procurados pelos/as requerentes de asilo como porta de entrada (Grécia, Itália) e como destino (Alemanha, Suécia, Reino Unido). Em discursos legitimadores do encerramento de fronteiras e do controlo de fluxos migratórios, os conceitos “proteção” e “segurança” aplicam-se aos/às cidadãos/ãs e ao território europeus, referindo-se à necessidade de os proteger da criminalidade e do terrorismo que esses mesmos discursos associam aos/às migrantes. Apesar das mortes e da violência que marcam as jornadas destas pessoas, tais conceitos raramente são usados para referir a sua segurança física durante a fuga à miséria e à violência que assola os seus países de origem. Desde os atentados de 11 de setembro, “terror” e “medo” passaram a fazer parte dos vocábulos recorrentes na imprensa europeia em referências às experiências e ao estado psicológico dos/as cidadãos europeus/ias confrontados/as com os ataques terroristas perpetrados por jihadistas em algumas cidades ocidentais. Raramente “terror” e “medo” integram o campo semântico com que são descritas as vivências das populações alvo de bombardeamentos ocidentais nos países invadidos no contexto da Guerra ao Terrorismo ou nas guerras de procuração e/ou com armamento fabricado na Europa ou mesmo de quem faz as travessias do Mediterrâneo rumo à Europa fugindo da guerra, da fome e de perseguições. Por fim,

veja-se como a palavra composta alemã Gutmensch (gut/bom + Mensch/pessoa), tradicionalmente usada de maneira sarcástica, sofreu uma transformação semântica significativa no contexto dos recentes debates em torno do asilo e da migração. Atualmente é quase um insulto usado para difamar como “burro”, “ingénuo”, “sem juízo” e “alheado” quem se empenha no auxílio aos/às migrantes.

Estes processos de implementação de visões do mundo através da linguagem operam-se frequentemente pela recuperação e atualização de imaginários coletivos herdados. Quando em 2015, perante um agudizar de combates na Síria, se assiste a um afluxo de refugiados/as às portas da Europa, o debate mediático foi antes de tudo uma luta de imagens, um combate de discursos pela promoção de narrativas rivais impregnadas de imaginários “ancestrais”. Imagens como a foto do pequeno Alan Kurdi afogado, a do pai em lágrimas na chegada à Grécia ou o vídeo do pai pontapeado por uma jornalista húngara tentavam destabilizar os discursos securitários e a indiferença da opinião pública europeia através da visibilização de subjetividades mediatizadas através de representações alusivas a “arquétipos transnacionais”: a dor pelo filho morto, a angústia do pai que tenta proteger a família e levar os filhos para um lugar seguro. No entanto, outras imagens foram sendo avançadas no panorama mediático europeu para contestar essas mesmas imagens apelativas à empatia: grandes planos de homens representados como uma massa humana interminável na rota dos Balcãs sugestiva de uma “invasão islâmica” novamente “às portas de Viena”. Imagens de homens “de aspeto árabe” a assediar mulheres louras na Passagem de Ano em Colónia foram instrumentalizadas como “consequência da invasão”, como símbolo de uma Europa branca desprotegida e violentada por masculinidades racializadas. Vejam-se também as reações à recente notícia “Migrantes resgatados pelo Aquarius chegaram a Portugal e vão ficar no Fundão” (Público, 25-09-2018), um texto que vem acompanhado de uma foto de jovens negros provavelmente subsarianos. Na página Facebook do jornal podem ler-se comentários como “E andou o d. Afonso Henriques a libertar a península para agora lhes entregar o território de mão beijada...” e “A Islamização forçada do Fundão por foral de D António Costa do seu palácio em Lisboa foi uma coisa nunca prevista pelos dados da Pordata no tempo de D Afonso.” O mito da Eurábia e a fobia da invasão islâmica, recorrentes nos discursos transnacionais de extrema-direita europeia, confundem-se nas reações à notícia com imaginários locais, nomeadamente a visão de Portugal como nação cristã forjada na guerra contra os Mouros e o racismo anti-negro herdado do colonialismo.

O projeto de investigação ***DeOthering: Deconstructing Risk and Otherness: hegemonic scripts and counter-narratives on migrants/refugees and 'internal Others' in Portuguese and European mediascapes*** (POCI-01-0145-FEDER-029997, julho de 2018 a junho de 2021) pretende precisamente mapear, analisar e desconstruir este tipo de discursos. Em primeiro lugar, examina como são construídos os/as migrantes e os/as “outros/as internos/as” no contexto das várias crises políticas que assolaram a União Europeia entre 2008 e 2018, mapeando as suas interconexões com narrativas produzidas no domínio da segurança e no quadro da Guerra ao Terrorismo. O seu foco, uma análise de Portugal à luz de estudos de caso europeus profundamente afetados por ameaças terroristas e/ou por fluxos migratórios (Itália, Alemanha, França e Reino Unido), pretende investigar a construção de narrativas transnacionais de risco que permeiam a Europa independentemente da sua exposição “diferenciada”. A abordagem epistemológica do projeto baseia-se no papel constitutivo dos discursos, isto é, no modo como determinadas perceções, representações e mitologias são mobilizadas, intencionalmente ou não, por determinados atores, e como estes discursos influenciam determinadas perceções e práticas de segurança.

O projeto irá identificar como se constroem narrativas europeias transnacionais de eventos chave destes anos, tais como os numerosos desembarques em Lampedusa, os realojamentos em Portugal, os atentados de Paris, a demolição do campo de refugiados de Calais ou os eventos da Passagem de Ano em Colónia, e em que medida essas narrativas transnacionais se aproximam ou distinguem das narrativas nacionais sobre os mesmos eventos. Não menos importante, DeOthering pretende mapear e visibilizar media e narrativas alternativas que contribuam precisamente para processos de *deothering*.

Entre os resultados previstos do projeto contam-se um website, várias publicações académicas, um manual de literacia mediática, um kit sobre representações mediáticas direcionado para jornalistas e editores, e a organização de um colóquio internacional e de uma exposição.



suas atividades e publicações foi dedicada à literatura e à cultura alemã do século XX. Na sua dissertação de doutoramento estudou a obra do poeta alemão Günter Eich (1907-1972). O seu projeto de pós-doutoramento debruçou-se sobre a memória pública da violação de mulheres e adolescentes alemãs no contexto da Segunda Guerra Mundial.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
**UNIVERSIDADE DE
COIMBRA**



Faculdade de
Letras e Ciências
Sociais



Faculdade de
Ciências

Universidade de
Coimbra - 800 e Sofia
Instituto de Estudos de Património
Mundial em 2012



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt Reflexão Original Anti-Colonialismo

Fúria à Democracia – o que o Brasil tem a nos dizer

2018-10-06

Por Rafael dos Santos da Silva

A democracia enquanto comunidade humana atinge seu ápice ao evitar excessos de civilização. Tais excessos aqui são trabalhados a partir da formulação de Adorno (1966)^[1] ao deduzir que a barbárie deriva da semiformação social, produtora última da violência que dialeticamente a própria civilização visa combater. Esses excessos são resultados da sociedade moderna que todos os dias apresentam demandas inacabadas e urgentes. Ranciere (2014:11) atesta que a “democracia boa, reprime a catástrofe” justamente porque os desejos ilimitados devem passar pelo funil das decisões democráticas. Nesse processo, a democracia sendo o filtro precisa ser ampliada.

Mas o que ocorre se o filtro da democracia não for ampliado? Experimente fechar o fundo de um funil, em seguida enchê-lo de água. Rapidamente o excesso transbordará desperdiçando o líquido que pode ser raro. Essa metáfora serve como exemplo, se o filtro da democracia não for ampliado, podemos despencar num excesso de civilização, na concepção de Adorno, nos levando ao um cenário arenoso onde os limites sociais são profundamente testados. Nesse campo, não há espaço para o debate, discussão ou encaminhamentos. A disputa sai da arena da política e firma-se no uso da força e do medo. O processo eleitoral brasileiro pode nos ajudar a ampliar a compreensão melhor esta situação. Por lá, a principal pauta é a legitimação da força pelo medo da violência. Mas não só, com o extremismo impresso nos últimos dias, a utilização de uma arma é o símbolo mais utilizado por um grupo em detrimento ao outro, numa clara apologia a força enquanto estratégia de imposição e/ou superação do medo.

No campo prático a democracia precisa ser ampliada devido à renovação das demandas. Exemplos simples como o debate sobre o novo conceito de família, as questões relacionadas a gênero e a própria ideia de religião, tendem a exigir novas abordagens pedagógicas. Sem falar das demandas ditas transversais, ou seja, quando pessoas do mesmo sexo pautam o direito ao casamento civil. Quando a renda digna ecoa na África e volta a ameaçar os

brasileiros. Quando no Oriente Médio busca-se acomodar os interesses petrolíferos na ribalta da crise ambiental e as feministas traçam estratégias para deslocar a pauta do aborto das questões policiais para as questões de saúde pública. Não podemos hierarquizar cada movimento. Todos são importantes e o caminho passa por uma ampla democracia.

Ao nos aproximarmos ao contexto brasileiro percebemos o que a atual conjuntura política tem exposto: uma polarização entre duas candidaturas como síntese de dois modelos antagônicos. Com a democracia golpeada e ainda sangrando, o atual processo eleitoral abandonou o campo já esfumaçado entre direita e esquerda e avançou para o abismo do fascismo. Perigosamente a elite brasileira está a fechar o fundo do funil, e sem se dar conta pode esbarrar no axioma também utilizado por Oliveira (2010) denominado de “excesso civilizatório”.

Tal dinâmica é a tradução do reducionismo a que foi levada a democracia. Aquilo que Boaventura de Sousa Santos chamou de “Democracia de Baixa Intensidade”. A robotização democrática se impõe num pantanoso espaço do nivelamento rasteiro em que a sociedade é reduzida ao debate contra a “corrupção”, mas não vai à miúdo nos trâmites que promovem a corrupção. Esse movimento só tem um objetivo: provocar a saída do cidadão da esfera pública. Nesse esteio os atores sociais são demovidos da participação ativa na política. Desmobilizados, vão ficando cada vez mais longe da real disputa social. Feito manada são convencidos a seguirem o caminho do (des)envolvimento, bem longe da democracia. Enojados e cansados se dão por vencidos e o indivíduo aceita a pecha do não ator, sentindo-se moralmente superior ao ser identificado com o não-político. Não percebe que para lutar contra a corrupção é preciso ampliar a democracia.

Logo em seguida, o indivíduo sem participação efetiva é bombardeado por um conjunto de desinformações que a dois turnos desempenham a tarefa de mantê-lo à distância e fazê-lo identificar o “inimigo”. Aqui uma verdadeira massa de manobra é diariamente treinada a se identificar com o conservadorismo de pautas morais e no momento oportuno ser capaz de “defender” a civilização. Ranciere (2014:10) argumenta “que nesse momento há um profundo risco da mobilização de sujeitos apáticos se apresentarem para defender os valores morais”. Essas pessoas são levadas a agir com base no fundamentalismo da transparência. A democracia cede espaço ao “reino dos excessos” onde tudo vale!

Como reconhecer esse processo? É relativamente fácil, porém doloroso. Isso ocorre quando o discurso de ódio vale mais que a paz. Quando o sujeito aceita substituir sua liberdade pela manutenção da moral que lhe aprisiona na Idade Média. Quando a religião é usada contra seus princípios mais básicos, sem que o crente o perceba. Em suma, quando o torturado é capaz de apoiar a torturador é porque houve uma profunda perturbação da estética social, que chamamos aqui de histerismo social. Esse processo ocorre quando um mulato brasileiro reproduz o gesto da suástica alemã sem perceber que aquele movimento reúne uma simbologia que não apenas lhe excluí, como visa eliminá-lo.

Com fúria a democracia a sociedade não consegue ir ao radical do problema, e estabelece pouso na superficialidade do extremismo. Campo dominado pelo ódio, pela raiva e pela condenação prévia. O ataque ao jornal satírico Charlie Hebdo, muito nos fala sobre isso. O extremismo ao substituir a radicalidade, e tendo sido estabelecido como ethos, passa a ser mediado pela régua da força e do medo, em que a barbárie bate a porta para apresentar o

excesso de civilização.

Com isso deixo apenas uma pergunta: vamos ampliar a democracia ou vamos caminhar ao excesso de civilização?

Referências

OLIVEIRA, M. A. D. (2010). Ética, direito e democracia. São Paulo: Paulus.

RANCIERE, J. (2014) ódio à democracia. Tradução de Mariana Echalar – 1º Ed. – São Paulo: Boitempo.

SANTOS, B.S. (2017) “Vivemos em sociedades politicamente democráticas mas socialmente fascistas, Geledes, Artigo de Opinião, 1 de maio 2017. Disponível em <https://www.geledes.org.br/vivemos-em-sociedades-politicamente-democraticas-mas-socialmente-fascistas-por-boaventura-de-sousa-santos/>.



Rafael dos Santos da Silva é Professor na Universidade Federal do Ceará - UFC e Doutorando em Sociologia pela Universidade de Coimbra – UC.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Mulheres puxam a fila contra o fascismo no Brasil

AN Original

2018-10-03

Por Agnes Arruda

Centenas de pessoas se reuniram na tarde de 29 de setembro de 2018 na praça 8 de maio, baixa de Coimbra, para o ato #EleNãO, ocorrido em todo o mundo em manifestação contra a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil. O ato nas ruas foi consequência do movimento online iniciado por mulheres brasileiras no Facebook contra o discurso opressor e de ódio incitado pelo candidato, que é uma ameaça à democracia no país. Bolsonaro defende os valores cristãos conservadores, bem do patriarcado, do capitalismo e do militarismo. Suas falas propagam o preconceito e a violência às minorias. Como resposta, as mulheres criaram o movimento #EleNãO, que ganhou força e milhares de adeptos. No dia do ato, além de cidades brasileiras, municípios em todo o mundo foram invadidos por quem luta contra a opressão. As eleições brasileiras acontecem em 7 de outubro de 2018 e o objetivo com as manifestações, além de se posicionar contra o fascismo, é de fato mudar os rumos do resultado do pleito, que têm Bolsonaro ainda na primeira colocação, pelos menos nas pesquisas. #EleNãO!





Mobilização de 29 de setembro em Toulouse, França | Fotos: Jonas Van

Agnes Arruda é Doutoranda e Mestra em Comunicação pela Universidade Paulista. Professora Coordenadora dos Cursos de Design Gráfico, Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade de Mogi das Cruzes



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
**UNIVERSIDADE DE
COIMBRA**



Organização
dos Regimes Luso-
brasileiros de Educação,
e Ciências e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
- inscrita no Livro do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Movimento de mulheres brasileiras em Coimbra, e no mundo: SIM À VIDA

AN Original

2018-10-01

Por Célia Amorim, Rita Kacia Oliveira, Denise dos Anjos Mascarenha, Agnes Arruda, Kelma Matos

Chegamos nas ruas com bandeiras coloridas, cartazes e tambores. Somos expressões vibrantes, com todo o nosso corpo, com a nossa voz. Em potência máxima a caixa de som. Microfones abertos, corações abertos, ideias, ideais, juntas! Cantamos, dançamos, protestamos. Desejamos um Brasil sem ódio, para espalhar o AMOR, um país LIVRE do fascismo em todas as suas expressões e dimensões. Desejamos RESPEITO e dignidade para homens, mulheres, para crianças, para a INCLUSÃO. Uma, duas, milhares de mulheres se expressaram com uma força-natureza, exigindo respeito às diferenças. Foi realmente diferente! Extraordinariamente diferente. Queremos e pedimos, a toda hora, no mundo inteiro, a PAZ, e não a guerra.





Mulheres em Coimbra participam na Campanha #EleNão! Não ao fascismo, ao racismo e a LGTBfobia. 29 de setembro, Praça

Fotos: Ag

De pequenas rodas de conversas e batucadas, no início das manifestações, um mar de gente foi se formando, e enchendo o Brasil de esperança e de muito amor. Enchendo de Brasil outros Países, onde estão tantxs de nós brasileirxs de origem, assim como muitos brasileirxs de coração.

Então, homens, mulheres, crianças, de todxs as etnias, gêneros, raça, cor, energizadx pela resistência de Bella Cião, a música italiana contra o fascismo, entoamxs a versão brasileira que começa assim: “Uma manhã, eu acordei, e ecoava ‘ele não’, ‘ele não, não, não’; uma manhã, eu acordei e lutei contra o opressor”. Isso ressoou no mundo em potência de múltiplas e diversificadas vozes: firmes, amorosas, determinantes. Elas e Eles estavam nas praças, nas ruas, nas redes sociais digitais contra a opressão!





Mulheres em Coimbra participam na Campanha do #Ele não!!!. Não ao fascismo, ao racismo e a LGTBfobia. 29 de setembro, Praça 8 de

Ao explodir do Brasil para o mundo, a manifestação "Mulheres contra o Coiso" chegou em Portugal, Alemanha, África do Sul, Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, França, Chile, Argentina, dentre outros países, pois o fascismo se dirige a muitas nações espalhadas pelo planeta.

Considerada a maior manifestação das eleições presidenciais no Brasil, foi puxada por mulheres, que diante de um candidato à presidência misógino, racista e homofóbico, resolveram dizer #EleNão. Dentre as palavras de ordem, uma se destacava: "Fascistas não passarão!" Foi fácil saber o motivo pelo qual essa palavra de ordem ficou evidente nas falas de todas e todos presentes nas manifestações. Prezamos a nossa liberdade! Honramos a nossa vida!

O Brasil é um país no qual 1 mulher é morta a cada 2 horas, um homossexual ou trans é morto a cada 19h, 1 negro a cada 23 minutos. É preciso defendermos um projeto de governo que confronte essa realidade, e repudiar ideologias e práticas que a naturalizam. É preciso nos movermos, agirmos concretamente!

Com uma agenda conservadora desde 2016, o governo brasileiro retirou direitos dos trabalhadores, alterou o marco regulatório do pré-sal para beneficiar estrangeiros na exploração de nossas riquezas, cortou verbas da educação, da saúde, congelou os investimentos sociais por 20 anos, agravando ainda mais as desigualdades.

Assim, uma leitura importante a se fazer do "Ele não", é a grande capacidade de articulação e mobilização das mulheres ao agregar tantos e tantas contra um projeto fascista de país. Às demais candidaturas fica o recado de que é preciso pensar e implementar um projeto popular de Brasil, comprometido com as pautas sociais, INCLUINDO todos e todas. Esse é um convite urgente para que possamos continuar dizendo e atuando, efetivamente NÃO a uma vida sem qualidade, e SIM ao respeito à equanimidade, à solidariedade, à Cultura de Paz com justiça social. SIM À VIDA!





Mulheres em Coimbra participam na Campanha do #Ele não!!!. Não ao fascismo, ao racismo e a LGTBfobia. 29 de setembro, 2017

Célia Trindade Amorim é investigadora em Pós-Doutoramento do CES-UC. Professora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPA – Brasil

Denise Mascarenha é investigadora em Pós-Doutoramento do CES-UC.

Kelma Socorro Lopes de Matos é investigadora em Pós-Doutoramento do CES-UC. Professora Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação da UFC- BRASIL.

Agnes Arruda é Doutoranda e Mestre em Comunicação pela Universidade Paulista. Professora Coordenadora dos Cursos de Design Gráfico, Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade de Mogi das Cruzes



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como originais licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificados como originais licenciados según la fuente.
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Boaventura de Sousa Santos analisa mobilização de 29 setembro contra Jair Bolsonaro

AN Original

2018-09-30

Por Boaventura de Sousa Santos

Boaventura de Sousa Santos analisa brevemente a mobilização que colocou mais de 1 milhão de pessoas nas ruas no Brasil e no mundo contra o candidato presidencial fascista, sexista e racista Jair Bolsonaro



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Ahed Tamimi y su familia, símbolos de la (r)existencia palestina, en el Estado español

AN Original

2018-09-28

Por Jorge Ramos Tolosa

El 15 de diciembre de 2017, Ahed Tamimi y su familia protestaban contra la colonización, el apartheid y la ocupación militar israelí como tantos otros días. Su pueblo, Nabi Saleh (Cisjordania, Palestina) es conocido por las manifestaciones populares. Pero aquel día se respiraba todavía más indignación. Donald Trump había anunciado que iba a trasladar la embajada estadounidense desde Tel Aviv a Jerusalén, violando el derecho internacional y respaldando el ideal sionista de que toda Jerusalén, la capital histórica palestina, es israelí.



En verano de 2015, un soldado israelí enmascarado intentó detener a uno de los hermanos pequeños de Ahed. La foto de varios miembros de su familia resistiendo a la detención del niño con un brazo escayolado dio la vuelta al mundo. Ahed ya se había dado a conocer a través de varios videos en los que encaraba a soldados israelíes. Fueron precisamente soldados israelíes los que asesinaron a su tío, además de acabar con la vida de otros familiares.

Aquel 15 de diciembre del pasado año otro militar israelí disparó en la cabeza de Mohammed, un primo de Ahed. Su edad, 14 años. Mohammed entró en coma. Ese día, Ahed y su prima Nur se enfrentaron a dos soldados que invadían su casa. La madre de Ahed, Nariman, grabó cómo su hija abofeteaba a los soldados. El video se hizo viral. Poco después, Ahed, de 16 años, fue encarcelada por el Estado de apartheid de Israel. (No) celebró su 17 cumpleaños en prisión, mientras en numerosas ciudades del mundo se realizaban acciones de solidaridad con ella y con todas las personas presas políticas palestinas, especialmente a través de los grupos BDS (Boicot, Desinversión y Sanciones por los derechos del pueblo palestino). Cuando Ahed salió de la cárcel el 29 de julio de 2018, se había convertido en un símbolo de la (r)existencia palestina. Como declaró su madre, no podía eludirse que su largo cabello rubio y sus ojos claros fueron claves para atraer la atención del Norte Global.



fotografía de Germán Caballero

Esta semana del 24 al 30 de septiembre de 2018, Ahed, su madre Nariman, su padre Bassem y dos de sus hermanos –otro está en una prisión israelí– visitan el Estado español. Antes habían visitado numerosos lugares de Francia y Grecia, después de haberseles impedido salir de Palestina una vez. Tras pasar por Madrid el día 24, la familia visitó el día siguiente València, la tercera ciudad más grande del Estado, y en la que ya había estado Ahed dos años antes en un programa de “vacaciones en paz”. Algunas de estas niñas y niños palestinos vieron en el País Valenciano por primera vez el mar, su mar; el Mediterráneo.

El pasado 25 de septiembre, la familia llegó cansada pero agradecida. Numerosos medios de comunicación acudieron a convocatoria de la rueda de prensa realizada por BDS País Valencià, grupo que organizó su visita a la ciudad. En un momento dado, Ahed no pudo más y decidió no conceder ninguna entrevista más. Estaba agotada. Posteriormente, la familia fue recibida por el alcalde de

València, Joan Ribó, quien les dio su apoyo y difundió por redes sociales su respaldo a la causa palestina. El 31 de mayo de 2018 el Ayuntamiento de València aprobó declararse Espacio Libre de Apartheid Israelí y se convirtió, de esta manera, en la ciudad adherida a la campaña BDS más grande del mundo (Dublín también se adhirió este año pero su población es inferior a la de València). Días más tarde, el alcalde defendió esta medida cuando fue atacado por redes sociales por el lobby sionista español y la embajada israelí de Madrid.



fotografía de Germán Caballero

Por la tarde, la familia Tamimi abarrotó un teatro valenciano. Les recibieron “albaes” de bienvenida (un canto tradicional valenciano), una “muixeranga” (una danza en forma de torre o castillo humano con música de fondo) y poesías. La cultura popular se unió a la presencia de múltiples activistas de movimientos sociales y a la solidaridad como forma de ternura entre los pueblos. Con un aforo de 250 personas, en el teatro se agolparon unas 400, mientras que varios centenares se quedaron fuera sin poder entrar. Ahed tuvo que salir a saludar en medio del acto mientras decenas de cámaras y de teléfonos móviles la grababan. Volvió a entrar y entre otras frases dijo, después de que hablase su madre y su padre, que “no necesitamos las miradas de lástima, necesitamos vuestro apoyo”, que era necesario “boicotear a Israel” y que “hemos heredado una ocupación, pero generaremos una revolución”. Finalmente, entre una gran ovación de aplausos, el teatro despidió a Ahed y a su familia al grito de “Palestina libre”. En la siguiente ciudad seguirán, como escribió el poeta palestino Mahmoud Darwish, “haciendo lo que hacen los prisioneros / haciendo lo que hacen los desempleados / alimentar la esperanza”.



Jorge Ramos Tolosa es doctor en Historia Contemporánea, profesor asociado del Departament d'Història Moderna i Contemporània de la Universitat de València y docente en el Curso Internacional "Epistemologías del Sur" del CLACSO y del CES.



en Reflection Original Anti-Capitalism

A UN Declaration in defense of those who feed the world

AN Original

2018-09-26

By Elizabeth Mpfou

As the UN Human Rights Council is expected to vote on a Declaration in defense of the rights of peasants and rural workers, a small holder woman farmer from Zimbabwe explains why this could be historic.

Early September this year, the United Nations released a report, which noted with great alarm that global hunger is on the rise again. At least 821 million people, of which over 150 million children, are going hungry in our world today. It is a depressing account and yet another evidence of the criminal neglect of the countrysides. The situation has deteriorated in South America and most regions of the Africa, while parts of Asia are showing signs of increasing undernourishment.

Let us remind ourselves that these are also regions of world that are simultaneously witnessing a violent and unrelenting scramble for agricultural land and all forms of natural resources – resulting in the forceful evictions of hundreds of thousands of indigenous people, peasants, fishers and rural workers – so as to facilitate the construction of a factory or a mega dam or some huge fancied infrastructural project.

In such a scenario, the UN report should not surprise us. Hunger is among the most crippling consequences of land dispossession. When people lose their territories to overt and covert forms of land grabs, they are also losing their food sovereignty with it; not to speak of the painful cycle of distress migration it kicks off, uprooting people away from their homes, culture and neighborhoods.

Several decades ago when this cycle of land grabs started as part of a neoliberal push worldwide, as peasants we sensed the danger and raised an alarm. We knew that the global push for industrialisation of the country side, privatisation of public services and deregulation of domestic markets will have devastating impacts on our food system, agriculture and household expenses. However, to resist this global push was never easy. Several countries even to date, have weak national laws and a compliant – often complicit – Government, which freely allows for such large scale appropriation of people's lands and territories. Even if some Governments resist, a host of bilateral, regional and mega free trade agreements and international laws make it impossible to wriggle out of this neo-liberal push. For those who are complicit, these agreements are an excuse to grab more land or put a patent on peasant seeds.

It is in this context that in 2001 we started demanding for an International legal instrument that could specifically address the gross violations of the Rights of peasants and rural workers worldwide. The

genesis of what is now known as a proposed 'UN Declaration for the Rights of Peasants and Other People working in Rural Areas' - is this historic recognition for the need of a global, unified resistance by peasants and rural workers.

The Declaration is a tool by which, peasant communities like mine could then seek justice for the violations we face – by strengthening national laws and by giving our Governments enough strength to fight back.

At the 39th session of the UN Human Rights Council taking place in Geneva this week, this UN Declaration will be up for voting by its members. This final text is based on a decade long discussions and negotiations that took place at the Open-ended Intergovernmental Working Group (OEIWG) sessions within the UN Human Rights Council.

To galvanise this crucial moment, La Via Campesina – one of the largest peasant movements in the world - issued a call mobilizing its members and allies to engage their government to support the declaration.

Some of us are in Geneva this week to engage, convince and persuade member states of the Human Rights Council to support this Declaration and enable the effective protection the rights of peasants and other people working in rural areas. After seventeen years of hard work, effort and dedication by peasants, we have to make sure that this process is completed without further delay. The road that the peasants have traveled to get the Declaration in the UN has been a long and difficult one. A lot has happened since the process started in 2001: countries changing their position, elections bringing new governments who went back on commitments, United States withdrawing from the Human Rights Council and several such. However, despite these many changes and challenges, the support for this legal instrument has been growing. We need to now work hard to convince our governments to vote in favor of the final text during the 39th session.

Peasants are very optimistic on the outcome of the 39th Session. The Bolivian Mission, together with other core support countries, is sponsoring this process and has always been instrumental to the success of the negotiations. From Geneva, the declaration will go to UN General Assembly for final voting and adoption in New York. We are prepared for this struggle and preparatory work is underway.

For a billion people who feed 70% of the world's population, this Declaration could bring hope in a long and arduous struggle to defend their land, farms, forest and waters.
Let us hope we win this week!



Elizabeth Mpofu is a small holder farmer from Zimbabwe. She is also the General Coordinator for La Via Campesina – a global movement of peasants, and the leader of Zimbabwean Small Holder Organic Farmers' Forum (ZIMSOF). She can be contacted at eliz.mpofu@gmail.com





pt Reflexão Original Anti-Capitalismo

[claimer - disclaimer]

AN Original

2018-09-26

Por Raquel Lima

As cidades, o ocidente
a burguesia e os seus privilégios,
os europeus e seus pensadores,
seus filósofos e doutores,
fizeram-nos chegar ao ponto
de questionar tudo
subverter tudo
separar tudo.
Disseram-nos que ter pensamento próprio
é ser indivíduo. In-devido:
Aquele que demarca esferas
sublinha fronteiras
que se sente ferido
e receia as feras mesmo se escondido.
Que fala por trás, que fala ao ouvido
[claimer - disclaimer]
Que questiona o próximo para que fique claro
que o colectivo se faz separado.
Mesmo quando a separação, essa,
foi sempre ponto de partida e chegada
e foi por ser separação que fez sentido fazer do encontro, estrada.
Fizeram-nos chegar ao ponto de gritar:
Não me colem, não me agrupem!
A união já não faz a força,
A união não se faz à força!
Não me identifico com aglomerados
que não se saibam reflectir, defender,
ou cantar em uníssono a mesma ladainha.
Não consigo consentir vozes dispersas da minha
Não quero partidos, nem religiões
grupos para troca de opiniões
Cansei de construir-me com outros
e já não reconheço o meio termo
entre abrir-me ou fechar-me em concha
Qual ostra preciosa que apodrece antes de chegar à boca...

E que morre rápido, e que morre sozinha.
Já não distingo grupo - de colectivo
encontro - de objectivo
partilha - de premissa
espontaneidade - de missão
vontade - de tarefa
abraço - de contratualização
ponte - de interesse
alargamento - de apropriação
união - de assimilação
As cidades, o ocidente
a burguesia e os seus privilégios,
os europeus e seus pensadores,
seus filósofos e doutores,
disseram-me que o aglomerado sou eu,
e que vou morrer sozinha.



A poetisa Raquel Lima é estudante de doutoramento no programa Pós-colonialismo e Cidadania Global, no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

12 90

UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
da Região Lusa
para a Educação,
e Ciência e a Cultura

Universidade de
Coimbra - Alta Sida
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2010



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Livro: “As voltas do passado’ e o presente das lutas anti-coloniais”

AN Original

2018-09-26

Por Bruno Sena Martins, Miguel Cardina

Em 1961, eclodiu um ciclo de guerras entre Portugal e os diferentes movimentos de libertação apostados em conquistar a independência dos territórios africanos sob dominação colonial. Primeiro em Angola, depois na Guiné-Bissau e em Moçambique, a guerra em três frentes prolongou-se como último estertor de um império já anacrónico. Nascido na gesta das lutas anticoloniais do pós-segunda guerra mundial, este extenso conflito armado viria a funcionar, direta ou indiretamente, como antecâmara definidora das independências de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. E esteve igualmente, como é sabido, na origem da criação do Movimento das Forças Armadas (MFA), que a 25 de Abril de 1974 provocou, em Portugal, o golpe militar que derrubou a longa ditadura do Estado Novo - oficialmente declarada em 1933 e derrubada na sequência do 25 de Abril de 1974 - e que abriu caminho a um período revolucionário que marcaria geneticamente a democracia portuguesa.

Até aos dias de hoje, o significado da guerra tem sido concertado através de diferentes instâncias de memorialização e esquecimento, que ora a constituem como “insurgência fundadora”, como doloroso epílogo do império ou como episódio último de uma mais vasta história de violência colonial. Este livro dedica-se precisamente a retomar as viagens de sentido através das quais os eventos e as datas marcantes da guerra chegaram à atualidade.

O livro *As Voltas do Passado* evoca, por um lado, o modo como a guerra circulou entre diferentes tempos e lugares através de memórias mobilizadas por combatentes e populações. Por outro lado, este é também um livro sobre o regresso da guerra aos sucessivos presentes, em combinações irregulares entre a evocação de um passado constitutivo e os usos seletivos da memória. Nesta medida, *As Voltas do Passado* não é um livro sobre a guerra colonial e os episódios históricos que a compuseram. Em primeiro lugar, porque os eventos que marcaram o derradeiro conflito do longo tempo colonial são aqui recapitulados menos como eventos históricos passíveis de definitiva descrição do que como narrativas expostas a continuados processos de evocação e releitura. Em segundo lugar, porque lido globalmente este volume permite ensaiar um descentramento das diferentes realidades nacionais que emergiram da guerra, como se para desenhar um fresco multissituado da memória da Guerra Colonial e das lutas de libertação. Trata-se de um exercício apenas pensável pelo valioso contributo de um conjunto de 51 autoras e autores de diferentes proveniências geográficas, disciplinares e geracionais, cujos percursos académicos e pessoais lhes conferem perspetivas, ora singulares ora privilegiadas, sobre os caminhos da história e os trabalhos da memória.

Convocar as histórias que se cruzaram e as memórias que sobreviveram às várias latitudes da guerra é também uma forma de não obliterar os muitos tempos da violência colonial enquanto elemento constituinte da secular empresa ultramarina de Portugal, como bem nos lembram as impressionantes cifras do tráfico atlântico de escravizados¹. Trata-se, em alguma medida, de confrontar as “linhas abissais da modernidade²” ante a evidência de que Portugal, longe de estar isolado no vínculo a uma desmemória aprendida, partilha com muitos outros ex-impérios coloniais europeus uma descolonização por cumprir, aquela que resultaria do pleno reconhecimento da senda colonial enquanto parte central da experiência da modernidade ocidental.

Os termos da memorialização da guerra encontram-se fortemente definidos, em cada contexto, pelo modo como se articularam com as narrativas de formação da nação (ou da sua resignificação, no caso português). Poderíamos dizer que há, de certa maneira, um fechamento constitutivo dos termos do debate pelos diferentes guiões de nação que vingaram no pós-guerra. Ou seja, as “ruínas do império³” foram desde cedo mobilizadas para enredos e memórias nacionais que pouco comunicam entre si. Criou-se assim um curioso paradoxo.

Se por um lado a guerra foi um fenómeno “partilhado”, na medida em que envolveu articulações de variada ordem entre movimentos e nações, suscitando alianças transnacionais e embates experimentados contiguamente, ainda que de diferentes lados, por outro, as representações da guerra foram convocadas chamadas para a escrita de cada nação ao jeito de ramificações divergentes. É neste quadro que este livro se propõe, ainda que modestamente, a convocar diferentes tempos de memória e lugares de enunciação, num exercício que necessariamente complexifica, senão a natureza dos eventos do passado, pelo menos a sua ordenação estrita dentro das fronteiras de cada rememoração nacional.

Em Portugal, o conflito designado por “Guerra Colonial”, mas também por “Guerra do Ultramar”, expressão usada pelo Estado Novo - ainda persistente em determinados setores sociais e militares - nunca encontrou no espaço público uma presença que correspondesse ao seu impacto social e político. Tal sucedeu, desde logo, pelo modo como o regime colonial procurou minimizar a visibilidade do impacto social da guerra e a magnitude das forças e recursos mobilizados pelos ensejos anticoloniais e independentistas em Angola, Guiné e Moçambique. No entanto, semelhante denegação pública haveria de persistir após a implantação da democracia, não obstante as centenas de milhares de soldados, a que se somariam as populações residentes nos territórios coloniais, que voltaram com vívidas memórias da guerra ou do desfazimento do império. Apesar, cumpre frisá-lo, de o 25 de Abril ter sido levado a cabo por militares ex-combatentes da Guerra Colonial.

Neste particular, a contradição é apenas aparente. O facto de a ordem política democrática e pós-colonial ter sido fundada com o fortíssimo contributo de militares, necessariamente imersos em muitos dos indizíveis da guerra, não terá permitido um límpido desassombro para aquilo que seria a sua evocação condenatória. Num quadro em que as invocações heroicas da guerra teriam pouca sustentação, este conflito - desde cedo condenado pela comunidade internacional, expressão evidente da fragilidade da autorrepresentação benevolente da experiência ultramarina portuguesa - circulou durante décadas entre um silenciamento alargado e um conjunto de memorializações subalternas: nos espaços privados e nos incomunicáveis constitutivos das memórias geracionais e intergeracionais.

O livro é composto por 47 eventos que, tomados em conjunto, podem ser vistos como partes de um caleidoscópio ainda vivo. Mais do que animados por uma pretensão de exaustividade quanto às datas que “não poderiam faltar”, assumimos que outras escolhas poderiam ter sido feitas, mas que estas que aqui figuram nos parecem capazes de produzir um exercício cruzado que tem simultaneamente um carácter académico e político. Ao colocarmos, lado a lado, “memórias difíceis” e “memórias heroicas”, “memórias fortes” e “memórias fracas”, memórias forjadas na antiga metrópole e outras forjadas nas antigas colónias, abrimos espaço para o diálogo e a uma tradução intercultural⁴, ao mesmo tempo que somos convidados a ler um outro modo de contar Portugal e as diferentes nações africanas emergentes da luta anticolonial.



Bruno Sena Martins e Miguel Cardina são investigadores e docentes nos programas de doutoramento do CES

- ¹Bethencourt, Francisco (2013), *Racisms. From the Crusades to the Twentieth Century*. Princeton e Oxford: Princeton University Press.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007), “Para além do Pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 78, pp. 3-46.
- ²Santos, Boaventura de Sousa (2007), «para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 78, pp. 3 46
- ³Stoler, Ann Laura (2008), "Imperial Debris: Reflections on ruins and ruination", in *Cultural Anthropology*, n.º 23 (2), pp. 191-219
- ⁴Santos, Boaventura de Sousa (2014), *Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide*. Boulder: Paradigm Publishers.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Moçambique: Terras de Todos, terra de alguns

AN Original

2018-09-26

Por Boaventura Eugénio Monjane, Sofia da Palma Rodrigues

Nós, os pobres”. É assim que Francisco Chicompa apresenta as famílias camponesas que vivem em Napai II, uma aldeia no distrito de Mecuburi, província de Nampula, em Moçambique. O rótulo ficou grudado como cola: pobre é como eles eram chamados, e tão pobre é o que eles eram. Apesar disso, a terra da região forneceu comida para ele, sua esposa e seus onze filhos. Com a terra era possível comprar roupas e mandar os filhos para a escola. A terra guardou lembranças de seus antepassados, o que ele obviamente foi obrigado a passar, intacto, para as futuras gerações.



Os ventos do “progresso” entraram na sua comunidade em 2011, em forma de um projeto de plantação, que foi apresentado à comunidade como a solução para acabar com a pobreza. “Viemos para acabar com sua pobreza”, disseram os gestores do projeto. Uma escola seria construída, assim como um centro de saúde e duas fontes de água potável, postos de trabalho permanentes seriam criados, etc. Em troca, os camponeses teriam que desistir da única coisa que lhes garantia o sustento: suas terras. Seis anos depois, a produção e a produtividade agrícolas diminuíram, a compensação e os danos provocados não foram pagos conforme acordado, o trabalho ainda é sazonal e inseguro e as terras onde as comunidades construíram suas casas e produziram alimentos - para comer e vender - estão agora ocupadas em grande parte por plantações de eucalipto e pinheiro.



No início de 2008, a crise alimentar mundial criou uma rápida mudança no investimento agrícola para países com terra produtiva e mão de obra barata. O Corredor de Nacala, uma das áreas mais férteis em Moçambique, onde 80% da população vive da agricultura, foi fortemente afectada. Quase 40 empresas agrícolas de grande porte se estabeleceram na região. Milhares de camponeses foram deslocados de suas terras férteis e ainda esperam que as promessas feitas se tornem realidade.

Em um ato de resistência, essas comunidades estão a lutar para recuperar seus direitos legítimos! “Terra da abundância, terra de poucos” é um [documentário web](http://terradealguns.divergente.pt/) (<http://terradealguns.divergente.pt/>), que conta a história, concentrando-se fortemente na chegada de investimentos agrícolas em grande escala no Corredor de Nacala.



Boaventura Monjane e Sofia da Palma Rodrigues são estudantes no Programa de doutoramento “Pós-colonialismos e Cidadania Global”, no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

* Fotografia e vídeo: Diogo Cardoso e Emma Lesuis

O que é a UPEA? Olhares, vozes e expectativas

AN Original

2018-09-26

Por Cristiano Gianolla, Rita Kacia Oliveira

A Universidade Popular Empenho e Arte (UPEA) é uma iniciativa de vários grupos de pessoas que se identificam como ativistas, profissionais, académicas ou cidadãos comuns. A UPEA “visa democratizar os conhecimentos e as informações relevantes para fortalecer uma cidadania activa e encorajar a vontade de lutar por uma sociedade melhor” e “promover diálogos de saberes e fazeres comprometidos com a luta pela dignidade de todos e todas por uma sociedade mais justa, pela transformação social, pela valorização de alternativas progressistas”.

Este curto vídeo foi realizado durante o encontro organizado em Quintela (Coimbra) no dia 16 de Setembro 2018 e relata as expectativas e o entusiasmo de algumas pessoas que participaram no evento e que se sentem comprometidas com a UPEA.

As organizações fundadoras da UPEA são o Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, o Chapatô, o Centro Paroquial D. Manuel Martins, a Junta de Freguesia de Campo de Ourique, a Fundação José Saramago, a associação Moinho da Juventude, a associação Pantalassa. O encontro foi organizado por Boaventura de Sousa Santos, Sara Araujo, Teresa Cunha e Rita Kacia Oliveira (CES).

[http://<iframe width="560" height="315" src="https://www.youtube.com/embed/bHKMYiWiB2o" frameborder="0" allow="autoplay; encrypted-media" allowfullscreen></iframe>](https://www.youtube.com/embed/bHKMYiWiB2o)



Resenha: Heterossexualidade, Estatística e o Discurso Feminista em *Married Love* de Marie Stopes

AN Original

2018-09-26

Por Jorge Orfão

Married Love (1918), de Marie Carmichael Stopes (1880-1958)ⁱ, é uma narrativa com evidentes objetivos pedagógicos que visa reeducar o comportamento sexual entre o homem e a mulher no início do século XX. As considerações de Stopes sobre a relação entre homem e mulher, consideradas transgressoras pelo poder institucional da sua época, focam-se em tornar visível a sexualidade feminina, apelando ao desenvolvimento da educação sexual, como algo indispensável para uma verdadeira união matrimonial do casal heterossexual.

Tendo como ponto de partida o século XVII, foi com o filósofo Francis Bacon (1561-1626) que se criou uma nova maneira de estudar factos naturais a partir do método científico e empírico. Desde então, e até ao século XIX, a estatísticaⁱⁱ desenvolveu-se, traduzindo a realidade social em números e, segundo Karma Lochrie, estes números eram associados a factos sociais, os quais vieram a ser articulados na linguagem das normas, nas curvas gráficas, nas distribuições lógicas e no homem comum; a sociedade tornou-se estatística. A estatística tornou-se numa ferramenta indispensável para a definição e a valorização da norma, tendo em conta que a norma se fundamentava a partir das suas variações, que viabilizam o desvio.

Em *Married Love*, a autora reporta-se à estatística do século XIX, desvendando a forma como se normalizam as práticas sexuais, onde claramente é atribuído à mulher um lugar passivo e subvalorizado. Stopes faz o seguinte comentário acerca da ignorância vigente em torno do tema em discussão: “Tornou-se uma tradição na nossa vida social que a ignorância da mulher sobre o seu próprio corpo e o corpo do seu futuro marido é uma inocência semelhante a uma flor.” (p.33, tradução minha). Esta lacuna no conhecimento humano é uma das consequências das convenções normativas, que na época faziam da sexologia um assunto tabu. A normalização da relação entre o homem e a mulher investe na negação do prazer/desejo feminino, criando-se um modelo de mulher, que menospreza os seus impulsos sexuais. O próprio discurso científico implementa na sociedade a ideia de que, são apenas as mulheres depravadas que têm tais sentimentos (p. 37). Contrariando a heteronormatividade, Stopes apresenta uma lei estatística, à qual chama “A Lei da Periodicidade da Recorrência do Desejo da Mulher” (p. 39, tradução minha). Esta lei contesta as teorias desenvolvidas pela sexologia da época. Através de uma linha curva, a autora representa graficamente as flutuações do desejo sexual da mulher. Stopes, ao relatar que a mulher padronizada pela sociedade moderna, na maioria das vezes, só conhece a existência do ato

sexual após o matrimônio, sublinha o seguinte: “(...) o lado social, intelectual e espiritual na escolha do amor tem vindo a mascarar a fisiologia básica da sexualidade feminina.” (p. 39, tradução minha) A autora debruça-se sobre a análise dos impulsos sexuais das mulheres que, ora estão separadas dos seus maridos, ora os homens passam muito tempo fora e afastados da mulher.

Durante este período de ausência da presença masculina, Stopes reflete sobre a relação entre as flutuações do desejo sexual feminino e o período de tempo, antes e depois, da menstruação da mulher. Os resultados da investigação de Stopes desafiaram o discurso normativo da época ao deduzir uma nova generalização acerca de um assunto considerado tabu, revelando uma nova perspetiva quanto à sexualidade feminina, esclarecedora e, potencialmente, de grande valor médico e sociológico (p. 40). A autora deixa claro que a ciência normativa insistia num diagrama de curva singular, que caracterizava a variabilidade das capacidades da mulher durante o seu ciclo menstrual. As generalizações de Stopes sobre a vitalidade sexual da mulher, vêm mostrar como essa curva singular e cíclica, constantemente reproduzida pela heteronormatividade, não corresponde ao real carácter sexual feminino. A autora, apresenta as variações que podem ocorrer durante o ciclo menstrual, revelando a falta de rigor da norma vigente. Afinal, existem numerosas circunstâncias que podem condicionar as flutuações dos desejos sexuais da mulher, dependendo da sua vitalidade e predisposição sexual, tal como do seu estado físico no momento. A autora defende, portanto, a instrução sexual entre casais e estipula um novo lugar para as mulheres nesse contexto. Estabelece-se a visibilidade da sexualidade feminina, desvelando as convenções impostas ao sexo feminino, que o reduzia a mero objeto passivo, em oposição ao carácter ativo associado ao sexo masculino.

Stopes pôs em evidência a realidade da normalização dos padrões das práticas sexuais dentro da heterossexualidade, os quais estavam institucionalizados em conformidade com as normas da sua época. À primeira vista, as recomendações são dirigidas ao casal heterossexual, mas torna-se óbvio que as recomendações são destinadas sobretudo ao homem, sobressaindo assim, o carácter feminista da autora. A estatística revolucionou a forma como era pensada a realidade humana, tendo como resultado o desenvolvimento do conceito de norma, um ideal coletivo calculado a partir de uma média. No momento em que se traduzem práticas sexuais em representações estatísticas, os seus resultados validam a normalidade, proporcionando na cultura ocidental novas interpretações ligadas à sexologia e normalizando práticas sexuais, privilegiando umas em relação a outras. Manuais de casamento, como *Married Love*, reforçam esta ideia da normalização da sexualidade, reeducando as práticas dentro do casamento heterossexual. Ao instituir um novo paradigma da sexualidade humana, reformulam-se as normas convencionais das práticas sexuais de um específico grupo social, contribuindo para a propagação da hegemonia. As outras sexualidades consideradas práticas fora-de-lei na sociedade ocidental, como por exemplo, a homossexualidade, são excluídas desta matriz sexual.

Torna-se notório que a heterossexualidade, apesar de estimar um conjunto de práticas ou preferências sexuais partilhadas por um grupo socialmente definido, cria dentro de si as suas próprias concepções sobre o que é e não é considerado socialmente aceitável. A construção de uma heterossexualidade normativa viabiliza o desvio associado, por exemplo, à homossexualidade, como se a vida de cada indivíduo se definisse consoante a sua sexualidade ou orientação sexual. A obra de Marie Stopes, apesar de ser uma narrativa essencialmente centrada no encorajamento do prazer no ato sexual da mulher, torna oportuna a discussão em torno da construção social do sexo e da sexualidade. Caracterizando os ideais do prazer e do desejo, como fez a autora em *Married Love*, constrói-se uma identidade sexual, ou seja, o indivíduo é definido consoante a norma social e as variações que ela possa apresentar e, portanto, reforçando a ideia da heteronormatividade. Em vez, ao entrar em rutura com as categorizações sociais do sexo e da sexualidade humana, o discurso feminista deverá insistir que a sociedade ocidental, ainda predominantemente heterossexista e patriarcal, necessita de criar espaço para a diversidade e investir na mobilização para a mudança desse paradigma.



Jorge Correia Orfão é Doutorando em Discursos: Cultura, História e Sociedade no CES.

ⁱStopes, Marie (2004). Married Love. Oxford: Oxford World's Classics/Oxford University Press. (Primeira publicação em 1918).

ⁱⁱLochrie, Karma (2005). "Have We Ever Been Normal?" in: Heterosyncracies: Female Sexuality When Normal Wasn't. Minneapolis/Londres: Minnesota Press. (pp. 5-6).



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt Reflexão Original Anti-Capitalismo Anti-Heteropatriarcado

Podem relatos na primeira voz desafiar a linha abissal tecida por narrativas masculinas dominadoras? - A escuta profunda das experiências das mulheres moçambicanas durante a luta nacionalista

AN Original

2018-09-26

Por Maria Paula Meneses

O colonialismo é a expressão da violência bruta. A guerra é uma das suas metamorfoses: destrói as sociedades, física, emocional e mentalmente. As mulheres, duplamente excluídas – epistémica e ontologicamente – integram as narrativas de violência essencialmente como vítimas. Qual o papel que cumprem estas mulheres em contextos de guerra? Como entendem as mulheres estes episódios de violências extrema? Desafiar o pensamento abissal, instrumental no silenciamento e subalternização da agência das mulheres, é o objetivo de um dos projetos em que trabalho, tendo como enfoque a luta nacionalista em Moçambique.

Neste texto procuro, a partir de um exercício que articula a proposta metodológica de Boaventura de Sousa Santos – a sociologia das ausências e a sociologia das emergências – expor a dificuldade em escutar as vozes silenciadas das mulheres, vozes que permitem dar visibilidade a situações e atoras que têm sido ativamente produzidas como inexistentes pelas abordagens dominantes, ou seja, como uma alternativa não credível à narrativa dominante (masculina) acerca das lutas nacionalistas. Esta linha de investigação tem como objetivo subverter a produção de ausências – neste caso, o papel das mulheres na luta pela libertação – ao torná-las sujeitos presentes.

A cultura da evidência procura denunciar a violência como uma norma desde a implantação do colonialismo moderno, em finais do séc. XIX. Embora isto seja verdade, as palavras das mulheres acerca da sua experiência de opressão, violência e resistência permanecem enterradas sob camadas ou graus de silêncio. E os papéis das mulheres moçambicanas nas lutas nacionalistas não escapam a esta violência epistémica e ontológica.

O direito à autodeterminação foi, desde o final da década de 1950, uma reivindicação de um número crescente de homens e mulheres moçambicanos. O recurso à luta armada enquanto solução revolucionária justificava-se por a maioria da população africana não ser considerada um agente político legítimo. Todavia, a associação perversa entre as autoridades coloniais e as autoridades masculinas “locais” (que encarnavam o corpus das “estruturas de poder tradicionais”) no Moçambique colonial produziu um nexo de poder/conhecimento preenchido pelo silêncio das exclusões, apagamentos, distorções e ficções arbitrárias acerca das mulheres envolvidas nas lutas nacionalistas por direitos e dignidade. Este nexo tem silenciado ativamente a presença das mulheres na linha da frente, escondendo uma multiplicidade de tensões e antagonismos que atravessaram (e ainda atravessam) a história recente de Moçambique.

A luta armada nacionalista em Moçambique decorreu entre 1964 e 1974. Esta luta foi mais longa e intensa a norte, região onde o maior fardo da guerra de libertação caiu sobre as mulheres. Dar forma aos conhecimentos e silenciar realidades são elementos que expressam poder. A literatura militar e os livros de história pouco falam, por exemplo, do uso estratégico de mulheres e crianças nas linhas da frente nos aldeamentos (povoações onde eram ‘realojadas’ as populações africanas para evitar que se juntassem ou apoiassem a guerrilha); todavia, as narrativas obtidas mostram o quão frequentemente estas estratégias eram utilizadas. Um aspeto fundamental tem que ver com os procedimentos metodológicos utilizados no questionamento das mulheres cujos testemunhos fazem parte da história oral da violência de guerra. A minha experiência mostra que, para colocar questões que as mulheres compreendam, a linguagem escolhida tem de ser perceptível a todas que tomam parte em cada uma das conversas. Os conceitos utilizados para descodificar as experiências transmitidas pelos seus testemunhos limitam, mais frequentemente do que o desejável, a sua leitura, devido ao nexo de poder/conhecimento que lhes está associado. A alternativa consiste em explorar, também, as conversas enquanto ato performativo, um posicionamento que requer, inequivocamente, a construção dos sentidos como um processo. Este processo implica envolver conhecimentos preexistentes fruto de experiências e lutas e é simultaneamente moldado pelo encontro e envolvimento no momento em que o testemunho é expresso.

O colonialismo patriarcal em que assentou a administração portuguesa assegurava a impossibilidade de as mulheres testemunharem. Esta situação traduziu-se na menor credibilidade dos testemunhos das mulheres acerca do seu papel nas lutas nacionalistas e nos múltiplos episódios de resistência à penetração portuguesa. Quando decidi iniciar o estudo das experiências de vida das mulheres na zona de guerra no Norte de Moçambique, bem como das suas memórias, encontrei poucos registos das suas ações em arquivos e bibliotecas.

Como forma de ultrapassar os silêncios relativos à violência de género, procurei documentar pormenorizadamente o entendimento das mulheres quanto ao seu papel na luta pela liberdade através da combinação de história oral, pesquisa em arquivos e análise dos média. Do material recolhido ressalta que para as mulheres, desde cedo se tornou óbvio que a sua libertação era essencial à libertação do país, e que isso exigia o seu envolvimento em ações de luta. A libertação do país foi um direito conquistado através da luta de mulheres e homens, de tal forma que a libertação também foi mérito delas.

Nos órgãos de comunicação social moçambicanos, logo desde a independência, o projeto político-histórico nacional contém um número diminuto de heroínas, todas elas protagonistas da luta armada. Mas muitos dos materiais disponíveis revelaram uma dura ausência — não são as próprias mulheres, mas as instituições e estruturas políticas existentes, muitas vezes fora do controlo das mulheres, que regulam as suas vozes, forçando-as a permanecer em silêncio a respeito das suas experiências e memórias da luta pela liberdade, um silenciamento que continuou após a independência.

Esta realidade está relacionada com os debates sobre objetividade histórica em Moçambique, debates que se materializaram numa narrativa política. Nesta narrativa a luta pela libertação está intimamente associada a um projeto político onde as narrativas da luta liderada pelo movimento nacionalista Frelimo são vistas como a única fonte legítima de produção de conhecimento sobre o passado recente de

Moçambique. A aliança entre política e história produziu uma narrativa oficial acerca da luta nacionalista que se tem procurado impor como instrumento de legitimação da autoridade hegemónica do partido Frelimo. Esta estratégia promoveu a glorificação de combatentes (maioritariamente masculinos) e o silenciamento de outras vozes envolvidas na luta pela independência, como os milhares de mulheres e raparigas que foram parte ativa dessa luta.

As narrativas de história oral, recuperadas através de longas conversas representam um elemento precioso para aprofundar a nossa compreensão do passado recente de violência. Estas histórias versam sobre guerra, crimes, atrocidades, atentados à dignidade humana, violações de direitos humanos cometidos por militares e forças de segurança; representam as “histórias por contar” de pessoas cujas vozes e experiências foram excluídas de um debate mais vasto acerca do passado. É neste contexto que estas vozes devem ser escutadas, uma vez que nenhuma interpretação pode ser encarada como um instrumento neutro para interpretar o passado. Conhecer, ver, testemunhar, atestar e falar são ações que partem de um determinado corpo, localizado num determinado espaço e tempo, literal e relacionalmente. Tem-se sido assim possível ‘recuperar’ experiências de lutas políticas clandestinas contra a opressão e a exploração colonial. Ouvir as narrativas destas “pequenas vozes” permitiu-me compreender a multiplicidade de vozes da luta nacionalista em Moçambique, um caminho de duplo questionamento que desafia a hegemonia do discurso ‘nacional’ e reintroduz na narrativa a questão da representação e da instrumentalidade de qualquer projeto de história nacional. E sobretudo que nos mostra que a herança do colonialismo e o patriarcado continuam a marcar as suas vidas.



Maria Paula Meneses é investigadora principal e docente no CES.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt Notícias Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

CES acolhe seminário internacional “Territórios em Conflito”

AN Original

2018-09-26

Por Teresa Cunha

As Epistemologias do Sul e o Fortalecimento das Capacidades Colectivas são os dois marcos teóricos centrais na conceptualização e desenvolvimento do projecto de investigação-acção-formação: **Territórios em conflito: investigação, formação e acção para o fortalecimento de capacidade e a construção de alternativas de vida**. Fazem parte da equipa internacional de pesquisa três investigadorxs do ALICE- Programa de Investigação Epistemologias do Sul, nomeadamente [Teresa Cunha](#), [Boaventura Monjane](#) e [Sara Araújo](#).

Este é um projecto liderado pelo consórcio Gernika Gogoratuz (GGG) e Gernikatik Mundura (GM), País Basco, em parceria com o Instituto Hegoa da Universidade do País Basco, o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, a WLSA Moçambique e a Universidade de Tolima, Colômbia.

‘Territórios em Conflito’ tem três grandes objectivos. O primeiro é promover um processo de investigação-acção que permita compreender as complexidades presentes nos territórios e os conflitos gerados e alimentados pela ordem neoliberal, patriarcal e extractivista levada a cabo pelas corporações transnacionais. O segundo, é aprender mais sobre as diversas formas de resistência e alternativas de vida que estão em marcha e fazem frente ao poder transnacional nos territórios em causa. O terceiro, é pensar, desenhar e elaborar instrumentos de formação que possam ser apropriados pelas diferentes comunidades e grupos de forma a contribuir para o fortalecimento das suas capacidades colectivas.

Para tal, um grupo internacional de investigação realiza três estudos de caso: em Tolima, Colômbia; em Cabo Delgado, Moçambique e em Urdaibai, País Basco. Usando uma abordagem feminista interseccional, e dando especial atenção às dinâmicas entre o local e o global, esta investigação tem quatro eixos de análise: o acesso à terra; as desigualdades entre mulheres e homens; as diferentes facetas da sustentabilidade social, ambiental e económica; e as identidades culturais.

No sentido de aprofundar e ampliar o debate científico em torno do tema principal do projecto, os territórios em conflito por acção do capitalismo extractivista e financeiro, o patriarcado e o colonialismo da geopolítica do conhecimento, realiza-se um seminário internacional no Centro de Estudos Sociais - CES nos dias 28 e 29 de Setembro 2018.

No primeiro dia, entre as 14h30 e as 19h, abrir-se-á o debate a toda a comunidade, cientistas, activistas e outras pessoas, que estejam interessadas em pensar e discutir em conjunto sobre o tema. Neste seminário, estarão presentes investigadorxs e activistas dos vários países envolvidos que em modo de

Roda de Diálogo discutirão sobre as Epistemologias do Sul e a Construção de Capacidades Colectivas. Dar-se-á conta também dos conflitos e resistências nos territórios de Cabo Delgado, Tolima e Urdaibai. O programa do seminário inclui um amplo espaço de discussão e debate sobre as questões saídas da reflexão conjunta.

No dia 29, o seminário é reservado à equipa do projecto e serve de aprofundar a reflexão teórica sobre três temas fundamentais: Terra e território, Economias feministas e Construção não extractivista do conhecimento. Nesse seminário trabalhar-se-á sobre os avanços nos estudos de caso e as tarefas que ficam por realizar.



Teresa Cunha é investigadora sénior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e co-coordena o Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP). Escreve no antigo acordo ortográfico.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.